



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EDUCAÇÃO - PPPGE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

ELIZABETH CARNEIRO DA SILVA

**CONSTRUÇÃO DE UM BANCO DE DADOS PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PORTO NACIONAL -
TO**

**PALMAS - TO
2024**

ELIZABETH CARNEIRO DA SILVA

**CONSTRUÇÃO DE UM BANCO DE DADOS PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PORTO NACIONAL -
TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins, na área de concentração ensino aprendizagem, linha de pesquisa Currículos Específicos de Etapas e Modalidades da Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da professora Dra. Juciley Evangelista Freire.

**PALMAS - TO
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S586c SILVA, Elizabeth Carneiro da.
Construção de um banco de dados para subsidiar a elaboração de políticas públicas na educação infantil em Porto Nacional - TO. / Elizabeth Carneiro da SILVA. – Palmas, TO, 2024.
69 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação, 2024.
Orientador: Juciley Evangelista Freire
1. Políticas públicas. 2. Software. 3. Ações educacionais. 4. Educação infantil. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedico este trabalho a todos os técnicos educacionais que trabalham com o SIMEC/PAR e com demais programas de Captação de Recursos.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus meu criador e Pai, redentor onipotente! Que até aqui tem me sustentado.

À minha família, que com compreensão e apoio me ajudam a prosseguir: meu esposo Ailton e meus amados filhos Ana Mara, Maria Luiza, Jadson e Talia.

Meus familiares: minha mãe Domingas, minhas irmãs Roselena e Guilhermina que sempre perguntam: já terminou os estudos?

Gratidão a minha colega Mávia Matias que ao longo deste curso têm demonstrado empatia e não me deixa sem respostas.

Aos meus colegas de trabalho Cleyson e Wanderson pela construção do meu aplicativo: quanta paciência comigo! Ótimos profissionais.

A Sônia, que em meios a crise de ansiedade que passei foi meu suporte na construção da dissertação, obrigada por estender as suas mãos.

A Igreja Batista de Silvanópolis que me sustentaram em oração e cuidados com meu esposo em minha ausência.

Ao Jardim da Oração da I Primeira Igreja Batista de Porto Nacional, sempre comigo, intercedendo e apoiando nos estudos.

Aos professores da banca, meus sinceros agradecimentos por aceitarem o convite.

E finalmente, a minha querida professora Juciley Evangelista Freire, pela orientação, conselhos, correções e tolerância em todos os momentos, especialmente durante a enfermidade e partida do meu saudoso pai. Privilégio ter a senhora como orientadora e fazendo parte dos meus amigos.

RESUMO

Os instrumentos de elaboração das políticas públicas educacionais no Brasil configuram-se como planejamento descentralizado, consolidado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo central analisar os instrumentos de elaboração das políticas públicas de educação no Brasil: PNE (2014 - 2024) e PAR - Aplicados na modalidade de educação infantil no município de Porto Nacional - TO. A partir de pesquisas bibliográfica, documental e pesquisa aplicada, trabalhamos com uma abordagem qualitativa, em que os dados foram coletados a partir do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) da cidade de Porto Nacional -TO, através da Secretaria Municipal de Saúde - NIS (Núcleo de Informação em Saúde) no formato DBF. Na exposição da pesquisa, iniciamos discutindo os instrumentos auxiliares utilizados na elaboração das políticas públicas educacionais em atendimento às demandas do PNE e do PAR, em seguida, identificamos as ações propostas no Plano de Ações Articuladas - PAR, em sua dimensão infraestrutura física e recursos pedagógicos para a Educação Infantil do município de Porto Nacional, para então analisarmos os desafios encontrados pelo município para geração de dados da Declaração de Nascidos Vivos e acompanhamento da demanda e oferta de Educação Infantil. Entre os principais resultados encontrados, destaca-se a constatação da necessidade de instrumentos que auxiliem os entes executores no momento do levantamento de dados que atendam às exigências dos instrumentos articuladores de planejamento proposto na política nacional em vigência, possibilitando assim o processo de decisões de forma mais assertiva.

Palavras-chave: Políticas públicas. Software. Ações educacionais. Educação infantil.

ABSTRACT

The instruments for the elaboration of public educational policies in Brazil are configured as decentralized planning, consolidated since the promulgation of the Federal Constitution of 1988. In this sense, the main objective of this research is to analyze the instruments for the elaboration of public education policies in Brazil: PNE (2014 - 2024) and PAR - Applied in the modality of early childhood education in the municipality of Porto Nacional - TO. Based on bibliographic, documentary and applied research, we worked with a qualitative approach, in which data were collected from the Information System on Live Births (SINASC) of the city of Porto Nacional -TO, through the Municipal Health Department - NIS (Health Information Center) in the DBF format. In the exposition of the research, we begin by discussing the auxiliary instruments used in the elaboration of public educational policies in compliance with the demands of the PNE and the PAR, then we identify the actions proposed in the Articulated Action Plan - PAR, in its dimension physical infrastructure and pedagogical resources for Early Childhood Education in the municipality of Porto Nacional, and then we analyze the challenges encountered by the municipality to generate data from the Declaration of Live Births and monitoring the demand and supply of Early Childhood Education. Among the main results found, we highlight the need for instruments that assist the executing entities at the time of data collection that meet the requirements of the articulating instruments of planning proposed in the national policy in force, thus enabling the decision-making process in a more assertive way.

Keywords: Public policies. Software. Educational actions. Early childhood education.

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
DBF	"DataBase File"
DN	Declaração de Nascidos Vivos
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PPA	Plano Plurianual
PAR	Plano de Ações Articuladas
PPPGE	Programa de Pós-graduação Profissional em Educação
RCT	Rede de Colaboração do Tocantins
SIMEC	Sistema de Monitoramento e Controle do Ministério da Educação
SISNAC	Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos
UNDIME	União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Exposição da pesquisa	15
2 OS INSTRUMENTOS DE ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	16
2.1 Concepções de Políticas Públicas	19
2.2 Políticas Públicas para a Educação Infantil	22
2.3 Plano Nacional da Educação - PNE.....	25
2.4 Plano de Ação Articulada – PAR	31
3 LEVANTAMENTO DAS AQUISIÇÕES DE PRÉDIOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM PORTO NACIONAL – TO	35
3.1 Construção do PAR e seus desafios no município de Porto Nacional	35
3.2 Desafios encontrados pelo município para a aquisição de prédios para o atendimento da demanda infantil.....	40
4 FUNDAMENTAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DE SOFTWARE PARA GERAÇÃO DE DADOS SOBRE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	41
4.1 Dados históricos.....	41
4.1.1 Cartão perfurado	42
4.1.2 Cartão de Williams.....	43
4.1.3 Fita uniservo.....	43
4.1.4 Disquetes.....	44
4.1.5 Digital Vídeo Disc (DVD)	44
4.1.6 Pen Drive	45
4.1.7 Armazenamento em nuvens	46
5 PROPOSTA DE BANCO DE DADOS	48
5.1 Instrumentos.....	48
5.1.1 SINASC	48
5.1.2 POWER BI.....	50
5.2 Fundamentação legal dos dados coletados.....	51
5.3 Programa para geração de dados sobre crianças na educação infantil.....	52
6 METODOLOGIA DO PRODUTO	54
6.1 Coleta de dados	55
6.2 Preparação de dados.....	55
6.3 Modelagem de dados	56
6.4 Desenvolvimento do Dashboard	56
6.5 Resultados	58
6.6 Conclusão.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
ANEXO 1	68

1 INTRODUÇÃO

Todos anseiam por uma educação de qualidade. Um desejo persistente, apoiado nas leis educacionais brasileira e os agentes envolvidos nessa mudança são, sociedade civil e movimentos apoiadores da educação, para Antônio Chizzotti (2005), essas discussões já estavam presentes desde a Constituição de 1823, como destaca o discurso de D. Pedro I “tenho promovido os estudos públicos, quanto é possível, porém, necessita-se de legislação especial” (Chizzotti, 2005, p. 35-36).

Mas, foi com a Constituição Federal (CF) Brasileira de 1988 que se garantiu a gratuidade do ensino e estabeleceu os regimes de colaboração entre os entes federados, prevendo ainda o Plano Nacional da Educação (PNE), a fim de garantir o que propõe o artigo 6º desta mesma Constituição “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988, s.p)”. Direitos esses conquistados a partir de muita reivindicações por parte da população brasileira.

A partir desta garantia legal, nas duas últimas décadas, efetivaram-se ações que democratizaram o funcionamento do Estado e das políticas públicas, desenhando assim o sistema educacional brasileiro. Para a temática aqui abordada, Políticas Públicas direcionadas à Educação serão entendidas como uma política social, conforme nos ensina Azevedo (2008), a representação das leis, dos planejamentos, financiamentos e as dinâmicas dos programas educacionais devem ser implantadas em conformidade com um determinado recorte social, isto é, a política pública educacional deve ser articulada socialmente por meio do Estado.

Com sentido semelhante, Höfling (2001, p.31) reforça: “entendo a educação como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas pensada não somente por seus organismos”. Ou seja, envolve também a participação ativa da sociedade civil, das famílias, das comunidades e de outros atores sociais na definição e implementação das políticas educacionais. Sobre Estado e governo, o Estado é o conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo (órgãos legislativos, tribunais, exército), enquanto o governo é o conjunto de programas e projetos que uma parte da sociedade propõe para a sociedade como um todo, as orientações políticas de um determinado governo que, assume e desempenha as funções de Estado, por um determinado período (políticos, técnico, organismos da sociedade civil).

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, inicia-se a institucionalização do estado democrático de direito e a reorganização das instituições estatais que irão legislar, executar e julgar o cumprimento das leis e normas, assim como, em articulação com a sociedade civil organizada, passam a conceber e operacionalizar as políticas públicas. A partir de então, se reorganiza o sistema de financiamento da educação como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Plano Nacional da Educação (PNE), Planos Municipais de Educação (PME), Plano de Ações Articuladas (PAR), bem como os órgãos de participação na elaboração e controle social das políticas educacionais como os fóruns, conferências, conselhos, associações científicas e movimentos sociais.

No âmbito do município de Porto Nacional, o Plano Municipal de Educação¹ (PME 2015-2025) foi aprovado como um instrumento de gestão através da Lei 2.248 de 24 de junho de 2015, tendo validade por 10 anos, o que equivale até o ano 2025. O referido programa representa uma política educacional, com um conjunto de metas e estratégias, à vista de um diagnóstico das necessidades e possibilidades educacionais, cientificamente definidos, para o período especificado anteriormente, com a proposta de superar problemas e atingir objetivos por meio de recursos financeiros sustentáveis e permanentes (Plano Municipal de Educação, 2015).

Dessa forma, as intenções e ações propostas no PME entrelaçam de maneira detalhada, o monitoramento, a avaliação e (re)progressões periódicas, visando a qualidade e democratização do ensino público municipal. Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação ao assumir o papel de coordenar o processo de elaboração do primeiro PME do Município de Porto Nacional, convocou a sociedade civil e os educadores num processo pedagógico de aprendizagem e de decisões políticas, visando tomadas de decisões de maneira democrática.

Entretanto, embora os planos de educação vislumbrem a problemática e aponte os caminhos para possíveis soluções, os entraves políticos e econômicos para a concretização das

¹ São as diretrizes do Plano Municipal de Educação: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV – melhoria da qualidade da educação; V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX – valorização dos profissionais da educação; X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (Plano Municipal de Educação, 2015).

ações são as dificuldades mais recorrentes apontadas, sobretudo na dimensão da infraestrutura, que perpassam desde o lançamento da iniciativa até a construção dos prédios escolares.

O processo de levantamento e avaliação de dados, como o estudo de demanda, para construir uma creche, por exemplo, é outro desafio para os municípios, uma vez que decidir onde construir uma obra de forma que atenda o maior número de crianças no momento presente, e no futuro, dependem de dados que permitem a melhor acessibilidade às crianças e familiares.

A visão pedagógica do município é a promoção do desenvolvimento integral das crianças de 6 meses a 5 anos, garantindo a cada uma delas o acesso ao processo de construção de conhecimento e aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, saúde, à liberdade, respeito, dignidade, a brincadeiras, a convivência e interação com outras crianças (Plano Municipal de Educação, 2015, p. 53).

Ao contrário disso, as condições para o atendimento educacional dessa demanda são escassas, pois diante das aquisições no município de Porto Nacional –TO, percebe-se que a dimensão infraestrutura física escolar na iniciativa de aquisição de obras apresenta maiores dificuldades no momento da aprovação junto ao FNDE, uma vez que o estudo de demanda é principal documento que revela quem são e onde estão os discentes a serem atendidos.

Dessa forma, a relevância desta pesquisa consiste na criação de um instrumento que facilite o levantamento dos dados com as informações cruzadas junto às secretarias de educação e saúde. Essa estratégia permitiria aos gestores uma visão dos sujeitos de direito à educação serem atendidos no presente e futuro, evitando desperdícios financeiros, e com êxito, conquistaria mais assertividade nas decisões. Em decorrência de tais resultados positivos, a modalidade inicial da área escolar seria o campo com vantagens, especificamente a Educação Infantil, que constitui o objeto desta pesquisa.

Dito de outro modo, considerando minha experiência como profissional da educação do município de Porto Nacional, com as atividades referentes ao Plano de Ações Articuladas desde 2007, ano em que foi lançado, infere-se que houve uma movimentação da comunidade educativa para apresentação da proposta e início da elaboração do respectivo. Destarte, meu primeiro contato com o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC²) foi no ano de 2008, quando exercia a função de Supervisora Educacional na Secretaria Municipal de Educação no Município de Porto Nacional, onde atuo até o presente momento.

² O Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec) é um portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do governo federal na área da educação. É no Simec que os gestores verificam o andamento dos Planos de Ações Articuladas em suas cidades.

Considerando o ano de implantação deste sistema, estou desde o início e tive o privilégio de trabalhar com uma equipe que promoveu o envolvimento da comunidade educativa de forma a levar a compreensão do processo de elaboração, desta forma, ficou o entendimento que quando há participação de todos os atores envolvidos, desde a construção da proposta, há um maior envolvimento dos mesmos no processo de execução.

Foi um tempo de aprendizado sobre o processo educacional, uma vez que o levantamento dos dados para a realização do diagnóstico permite conhecer todas as áreas que envolve o processo educativo, ou seja, as dimensões física, pessoal, aprendizagem e materiais necessários. No período de 2009 a 2011 atuei como gestora educacional em uma escola de ensino fundamental e uma creche, vivenciando todos os problemas de uma escola pública, entre eles a falta de estrutura física adequada às necessidades dos educandos e as atividades pedagógicas, nesse meio, estão incluídas as dificuldades dos gestores municipais em conseguirem recursos suficientes para atender as prioridades básicas.

Sabendo que a única forma de aquisição de recursos para a educação via governo é o FNDE, entender e atender as exigências apresentadas pelo referido órgão torna-se primordial, uma vez que são 5.568 municípios e mais o Distrito Federal que apresentam as suas petições e os recursos nem sempre são suficientes para atender a todos, por esta razão tomei conhecimento do estudo de demandas que é a forma que justifica a aprovação de uma iniciativa junto ao órgão de fomento, somado a isto, existe a interferência parlamentar para a liberação dos recursos.

O retorno a Secretaria Municipal de Educação no ano de 2012, precisamente no setor de Planejamento, Projetos e Programas Educacionais na coordenação do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, hoje PDDE Interativo, surgiu a oportunidade de contato com a plataforma do SIMEC e mais adiante no ano de 2017, ocorreu o início da minha atuação como técnica do PAR, quando aprofundei os conhecimentos do Sistema com formações online e presenciais junto ao FNDE; e nessa linha temporal, no ano de 2020 atuei como Assessora de Planejamento e Captação de Recursos da Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional.

Dado a estes fatos, presenciei mais de perto o processo de aquisição de obras, licitação, execução, inauguração e prestação de contas, atuei com municípios do Polo de Palmas e Paraíso do Tocantins via Rede de Colaboração - RCT, em parceria com a UNDIME (União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação) na orientação aos municípios que estava realizando planejamento do PAR. No acompanhamento aos municípios, notei que o processo de aquisição de obras apresenta características semelhantes em todos os entes em relação ao seu desenrolar, cito: demanda, aquisição, aprovação e execução. Ao aceitar a iniciativa de construção, o FNDE

via SIMEC solicita informações sobre o terreno e o estudo de demanda, respectivamente, essa direção constitui o meu objeto de pesquisa.

Observei que, ao realizar o estudo de demandas, o município tem dificuldades de escolher o local mais adequado, acredito que pelo pouco tempo que se dá entre aprovação e a pactuação da obra via Termo de Compromisso, dessa forma, são inseridas as informações que prejudicam a escolha mais apropriada do local, que podem ser resolvidas posteriormente por uma troca de terreno, fator que acaba gerando prejuízos de tempo e desperdícios financeiros, uma vez que, o valor pactuado não sofre alteração ficando a cargo do ente a compensação do mesmo. Sendo assim, com minha pouca experiência no SIMEC/PAR entendo que um banco de dados contendo informações da clientela a ser atendida facilitaria a escolha do local mais apropriado garantindo o resultado esperado da iniciativa em questão.

As primeiras aquisições foram aquisições via SIMEC/PAR com ampliação de duas escolas no ano de 2008 e até então já somam 22 obras, entre quadras esportivas, creches, materiais e equipamentos; cinco (5) estão em fase de andamento. Considerando que houve um aumento significativo da população no município e conseqüentemente de alunos, especialmente na Educação Infantil, ainda faltam mais prédios escolares.

Refletindo o processo de preenchimento das iniciativas desde o seu início, houve um avanço em sua estrutura organizacional, facilitando a integração das informações e ampliando o campo de visualização do planejamento das ações de forma articulada, principalmente com a inserção do Plano Municipal de Educação (PME), sendo assim, a aceitação do projeto foi considerável por parte da comunidade escolar, logo a partir do diagnóstico nasceu as primeiras ações e mudanças no sistema. Hoje, é feito totalmente via Sistema Integrado de Monitoramento e Execução (SIMEC).

Assim, a decisão pela educação infantil municipal justifica-se pela falta de políticas públicas que, de fato, atenda às reais necessidades das crianças de 0 a 5 anos de idade nas etapas de creche e pré-escola. Todavia, há que se buscar atender o binômio cuidar/educar em condições físicas adequadas. Diante do contexto mencionado, levanta-se a seguinte problemática: Que instrumentos podem auxiliar no mapeamento, acompanhamento e monitoramento de dados?

Dessa forma, propôs-se como objetivo geral do trabalho:

Desenvolver um banco de dados para auxiliar no mapeamento, acompanhamento e monitoramento de dados de demanda para subsidiar a elaboração de políticas públicas direcionadas a educação infantil no município de Porto Nacional.

De modo específico, temos como objetivos:

- Identificar os instrumentos auxiliares utilizados na elaboração das políticas públicas educacionais em atendimento às demandas do PNE e do PAR;
- Descrever as ações propostas no Plano de Ações Articuladas –PAR, dimensão infraestrutura física e recursos pedagógicos para a Educação Infantil do município de Porto Nacional;
- Compreender os desafios encontrados pelo município para geração de dados e acompanhamento da demanda e oferta de Educação Infantil;
- Desenvolver um programa de software que permita o armazenamento em tempo real e sistematização dos dados das crianças nascidas no município de Porto Nacional.

1.1 Exposição da pesquisa

A primeira seção introdutória, contempla a apresentação do tema, a problemática e sua contextualização, os objetivos (geral e específicos), apresentando também, o objeto de investigação, bem como seu recorte temporal e espacial e percurso metodológico.

A segunda seção, traz um debate teórico-conceitual a respeito dos instrumentos de elaboração das políticas públicas educacionais no Brasil, com destaque para o PAR, descrevendo-o de maneira geral e passando para a sua operacionalização na educação básica em Porto Nacional.

Na terceira seção, apresentaremos um levantamento dos prédios de educação infantil em Porto Nacional - TO, bem como o processo de construção do Plano de Ações Articuladas – PAR identificando os desafios encontrados para a realização do atendimento a educação a sua demanda.

Na quarta seção apresentamos a fundamentação sobre o desenvolvimento histórico sobre o desenvolvimento de software para a geração de dados para a crianças da primeira infância.

Na quinta e última seção ocorre a descrição do produto como uma proposta que busca a construção de um banco de dados que contenha as informações necessárias para nortear o processo de tomada de decisões na elaboração de políticas públicas na modalidade de educação infantil.

2 OS INSTRUMENTOS DE ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Nesta seção do texto, discorreremos sobre os instrumentos utilizados na elaboração das políticas públicas educacionais no Brasil, seus pressupostos, concepções e amparo legislativo. Explanaremos também sobre os instrumentos orientadores das políticas públicas voltadas para a educação, desenvolvidas pelo MEC, especificamente o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano de Ações Articuladas (PAR), com suas respectivas propostas direcionadas ao município de Porto Nacional – TO.

No Brasil, a instauração do federalismo da Carta Magna de 1988 foi um divisor de águas para que o debate sobre assuntos e decisões de relevância social que, antes eram debatidos somente em âmbito jurídico de maneira técnica, passou a ser debatido em domínio público, como é o caso das políticas públicas. Assim, nesta seção propomos explicar, de maneira geral, o percurso histórico sobre a Educação Brasileira enquanto Política Pública como direito garantido a todos e promulgado na Constituição Federal de 1988, com a redemocratização do país pós-regime ditatorial (Sousa; Silva, 2021). Dito de outro modo, o sistema federativo brasileiro foi instituído, junto com a República, como forma de preservar a unidade territorial, além de promover-se como resposta à centralização unitária do período colonial e imperial que atravancava o desenvolvimento das bases econômicas e política.

Antes de adentrarmos nos conceitos de políticas públicas educacionais, faz-se necessário sublinhar o conceito de federalismo que, de acordo com Lopreato (2022), é a forma de organização implantada nos Estados Unidos resultante da união territorial do poder das colônias para formar um Estado. Já o Estado Federativo é a forma particular de governo dividido verticalmente, de tal modo que diferentes níveis de governo têm autoridade sobre a mesma população e território.

Nessa contextualização, quando pensamos em um governo dividido verticalmente, automaticamente inferimos os acordos, as normas e as leis que implicam em uma reciprocidade, que independentemente dos propósitos, significam uma relação de acordos mútuos. Nesse sentido, o federalismo pode ser interpretado como um pacto de um determinado número de unidades territoriais autônomas (os estados e os municípios) com finalidades comuns sob o princípio da cooperação, embasado nos artigos 1º, 18, 23 e 60 da CF/88.

A trajetória democrática brasileira reflete na concepção de políticas públicas, nesse sentido, é de pertinência esclarecedora enfatizarmos a respeito do período ditatorial iniciado em 1964, a abertura política democrática da década de 1980 e a reforma estatal a partir de 1990.

O regime ditatorial no Brasil durou cerca de 25 anos (1964 - 1989) e foi dividido em fases, a primeira corresponde aos governos de Castello Branco e Costa e Silva (marco temporal entre 1964 - 1968); a segunda fase é pautada na consolidação do regime ditatorial-militar (1969 - 1974); a terceira fase abrange a transformação do regime ditatorial-militar (1974 - 1979); a quarta fase relaciona-se com a desagregação do regime ditatorial-militar (1979 - 1985); e a última fase é marcada pela transição do regime ditatorial para o regime neoliberal (1985 - 1989) (Codato, 2005).

A ditadura cívico-militar em 1964 foi um dos atos de retrocesso e aversão às possibilidades de reformas sociais propostas pelo governo de João Goulart (1961-1964). A violência era a forma de controle das revoltas populares e da oposição aos ditames dos governos militares, através do uso do aparelho de repressão do estado para a prática torturas, restrição às normas civis, censura à imprensa, perseguição política, imposição de legislação conforme as regras da autoridade vigente, assassinatos, ameaças, sevícias contra os cidadãos, desmantelamento da família, do direito de religião, de expressão, de território entre outros que fizeram parte do regime autoritário. O militarismo, sob a égide de suprimir a oposição política de esquerda, eliminava a democracia progressivamente (Schwinn; Schimidt, 2015).

A lei da Anistia promulgada em 1979 marcou o início da abertura democrática. Esse processo estabeleceu a transição do autoritarismo para a democracia brasileira, de maneira lenta e gradual, a Anistia suspendeu a censura e reivindicava atos de libertação do povo exilado ou políticos presos, além disso, absolvía pessoas acusadas de práticas perversas como torturas e assassinatos. Na verdade, essa alteração da dinâmica política assemelhava-se a uma tentativa de reforma do regime. Entretanto, as transformações continuaram ocorrendo com o surgimento de novos partidos políticos em 1984 e a tentativa de mudança de emenda constitucional para eleições presidenciais com a adesão do voto direto. O desfecho desse episódio resultou nos militares mostrando o poder autoritário e mantedor do presidente à escolha deles (Lopreato, 2022).

Nesse intervalo, partidos políticos de direita e esquerda estavam divididos, tais ações de oposição contra a votação indireta ao presidencialismo fazia surgir uma nova ordem. Essa redemocratização resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988 estabeleceu princípios e regras fundamentais democráticas, com garantia dos direitos civis, políticos, sociais e econômicos. Para Sousa e Silva (2021), durante a redemocratização do Brasil, mudanças acentuadas ocorreram na educação brasileira, com destaque para a aprovação e promulgação da CF/1988, que garantiu uma concepção ampla de educação e sua inscrição como direito social

inalienável, bem como a partilha da responsabilidade entre os entes federados e a vinculação constitucional de recursos para a educação.

Em 1990, a década foi marcada pela transição efetiva do regime ditatorial para o regime democrático, e o país passou por algumas reformas estruturais na economia e governo. E uma das correntes presentes nessa mudança foi a forte influência da teoria neoliberal, cujas principais características que marcam essa década foram a desregulamentação, privatização, estabilização econômica e abertura comercial. Nessa sucessão, o marco temporal entre 1990 - 2002 contempla o processo que abarca os governos de Collor de Mello (1990 - 1992), posteriormente, Itamar Franco (1992 - 1995) e por último, Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002). Esse cenário resultou na reforma constitucional, no qual o presidencialismo vigorou como forma governamental, e o federalismo se tornou a ligação relacional entre o Estado central e as unidades subnacionais (Codato, 2005).

Essa reforma estatal implicou na concepção e implementação de políticas públicas de viés neoliberal, uma vez que impulsionou a redução do papel do Estado na área econômica e promoveu mudanças no campo das políticas sociais da saúde, educação, seguridade social entre outros. Quatro passos essenciais foram traçados: delimitação do papel regulatório do Estado e redução do seu tamanho; aumento da capacidade governamental; e progressão da governabilidade (Pereira, 1998). Nessa via, o novo Estado passou a ser institucionalizado, com a premissa neoliberal de um estado mínimo, com baixa oferta de políticas sociais e uma progressiva e acentuada presença da iniciativa privada na oferta de serviços públicos e a construção cultural de um senso comum de que esta era a única saída possível para a crise, conforme argumenta Pablo Gentile:

Desde muito cedo, os intelectuais neoliberais reconheceram que a construção desse novo senso comum (ou, em certo sentido, desse novo imaginário social) era um dos desafios prioritários para garantir o êxito na construção de uma ordem social regulada pelos princípios do livre-mercado e sem a interferência sempre perniciosa da intervenção estatal. Não se tratava só de elaborar receitas academicamente coerentes e rigorosas, mas, acima de tudo, de conseguir que tais fórmulas fossem aceitas, reconhecidas e válidas pela sociedade como a solução natural para antigos problemas estruturais (Gentile, 1996, p. 2).

Na perspectiva neoliberal, segundo Gentile (1996 p.6), a democratização da sociedade e da educação, em particular, era uma questão gerencial, de reforma administrativa, “orientada pela necessidade de introduzir mecanismos que regulem a eficiência, a produtividade, a eficácia, em suma: a qualidade dos serviços educacionais”.

Segundo os neoliberais, esta crise se explica, em grande medida, pelo caráter estruturalmente ineficiente do Estado para gerenciar as políticas públicas. O clientelismo, a obsessão planificadora e os improdutivos, labirintos do burocratismo estatal explicam, sob a perspectiva neoliberal, a incapacidade que tiveram os governos

para garantir a democratização da educação e, ao mesmo tempo”, a eficiência produtiva da escola. A educação funciona mal porque foi malcriadamente peneirada pela política, porque foi profundamente estatizada (Gentile, 1996, p.6).

No contexto das reformas neoliberais, a política é tratada como questão administrativa. Isso tem um impacto nas concepções de política e no tratamento das políticas públicas por parte do estado e da sociedade civil. É o que se discutirá a seguir.

2.1 Concepções de Políticas Públicas

As palavras acordos mútuos, propósitos, normas, leis e finalidades nos remetem ao termo política. Não no sentido de política partidária, mas no que se refere à cidade, ao que é urbano, público, sociável e social, conforme nos ensina Bobbio (1998), ou seja, toda e qualquer temática de interesse social direcionada à tomada de decisões que envolvem uma ou milhares de pessoas, estão imbricadas de acordos políticos.

À grosso modo, a palavra “política” nos faz rememorar a Grécia Antiga quando a formação das cidades deixou de ser de base familiar, ou seja, quando outras civilizações passaram a ocupar, também o território greco-romano, foi necessário que os acordos, outrora feitos de maneira oral, passassem a ser formalizados pela escrita. Essa relação é muito reforçada no ditado popular da boa vizinhança, isto é, para que as relações não se prejudiquem por causa dos negócios, o ideal é que se fizessem acordos, contratos formais. Entretanto, segundo Schmidt (2019):

Os estudos sobre políticas públicas desenvolveram-se no contexto pós-2ª Guerra Mundial nos Estados Unidos, com amparo de instituições governamentais e privadas convencidas da necessidade de se entrelaçar o conhecimento científico para uma boa gestão governamental, logo, o foco nas investigações sobre a política: ao invés de privilegiarem as estruturas e as instituições políticas, direcionou-se à ação dos governos (Schmidt, 2018, p. 119).

Para tanto, de acordo com o referido autor, o significado original do termo público é o que é de todos, o que é do povo, em oposição ao privado (de uma pessoa ou de um grupo restrito). Nesse contexto, o público (o que é de todos os cidadãos), mas governado pelo Estado, é uma propriedade do Estado, como, por exemplo, terras, prédios ou empresas como os Correios e a Caixa Econômica Federal, pertencentes e controladas pelo Estado. É importante salientar que muitas empresas são administradas de forma integral ou parcial pelo Estado, logo, os termos público e estatal não são sinônimos perfeitos. A estatal é uma dimensão do público, está à sua disposição, mas não o esgota, pois deve ter uma função social com objetivo coletivo; com todas as prerrogativas regulamentadas em lei.

Nesse sentido, ao utilizarmos o termo política pública deve-se levar em consideração a relação governo, política e direito, de modo que a política venha a ser a força originária, representada pelas ações do governo, e a sua institucionalização se dê por meio do direito (Bucci, 2021, p. 37). Com outras palavras, políticas públicas representa programas com ações do governo, do qual se extrai a atuação do Estado na elaboração de metas, definição de prioridades, levantamento do orçamento e meios de execução para a consecução dos compromissos constitucionais, que se exterioriza mediante arranjos institucionais (Nunes, 2020).

O conceito de políticas públicas, conforme Höfling (2001), é entendido como “o Estado em ação”, isto é, o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. É oportuno ressaltar que, para a referida autora, o Estado é o conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo. Quanto ao governo, é o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por determinado período de uma gestão política partidária.

Assim, as políticas públicas são interpretadas como de total responsabilidade do Estado desde a implementação até a sua manutenção, baseada em tomadas de decisões envolvendo os órgãos públicos e a sociedade civil relacionada à política implementada, entretanto, destaca-se que, o modo como as políticas públicas são articuladas ou a falta delas está diretamente relacionado com o governo e o seu projeto social global vigente em determinado período histórico, ou seja se é um governo neoliberal, populista, social-democrata ou socialista, as políticas públicas seguirão os mesmos propósitos.

Como sustenta Azevedo (1997), uma política específica, setorial, é definida “no quadro mais amplo em que as políticas públicas são elaboradas” (p.59). No que concerne à educação, a autora afirma que:

Sendo a política educacional parte de uma totalidade maior, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado. São, pois, as políticas públicas que dão visibilidade e materialidade ao Estado e por isto, são definidas como sendo “o Estado em ação” (...) (Azevedo, 1997, p.60).

Para tanto, as políticas públicas não podem ser limitadas à burocracia da máquina pública, mas sim como uma política social voltada a ações com princípios e benefícios direcionados de modo central à redução das desigualdades estruturais, reflexo do desenvolvimento econômico capitalista.

Assim, em termos práticos, a educação é compreendida como uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado, mas não pensada somente por seus organismos, porque assumem “feições” diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado (Höfling, 2001, p.31/32).

De maneira semelhante, para Dourado (2011), políticas públicas educacionais são:

“a expressão da materialização da ação do Estado/Governo, mediadas pelo contexto sociocultural mais amplo, bem como pelas regulamentações, regulações e dinâmicas de financiamento, de avaliação e de gestão, nem sempre circunscritas à dimensão educacional, mas, certamente, resultantes de macroprocessos que impactam as políticas públicas[...]” (Dourado, 2011, p. 54).

Conforme o exposto, as políticas públicas educacionais estão articuladas a processos mais amplos como, por exemplo, à globalização, às relações geopolíticas, aos avanços tecnológicos, a aprovação de leis econômicas e, não necessariamente, restritivas ao âmbito intraescolar. Todavia, há que se considerar o contexto sócio-histórico como relevante para os aspectos de gestão educacional e conseqüentemente, refletirá no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Azevedo (1997, p.59) a sala de aula e escola “[...] são espaços em que se concretizam as definições sobre a política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projeto ou modelo educativo que se tenta pôr em ação”.

Cabe registrar, portanto, que as políticas públicas educacionais possuem recortes e planos que não podem ser tratados somente como uma descrição de processos de concepções ou execuções, mas deve-se considerar como esses instrumentos são produzidos e aplicados às regras que orientam as ações dos atores sociais e o modo como esses atores se apropriam delas e as transformam no chão da escola e da sala de aula (Dourado, 2007 *apud* Barroso, 2006, p.13). No contexto prático, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96 com o propósito de disciplinar e estruturar o funcionamento do sistema educacional brasileiro, são desenvolvidas algumas políticas públicas estruturantes a fim de concretizar as finalidades educacionais estabelecidas constitucionalmente, tais como: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais em Educação (FUNDEB), o Piso Salarial Nacional do Magistério (PSNM), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano de Ação Articulada (PAR), dentre outras.

Sublinhamos que nesta investigação desdobramos nossa atenção para os dois últimos programas, tendo em vista suas normativas direcionadas ao avanço da educação básica, especificamente da Educação Infantil, etapa de responsabilidade dos entes federativos municipais. Todavia, em se tratando do município de Porto Nacional, foco deste estudo, os efeitos previstos na elaboração dos projetos para esta etapa educacional ainda não atendem

satisfatoriamente a demanda almejada mesmo tendo o Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024) e o Plano Municipal de Educação (PME – 2015-2025) como norteadores das ações do Sistema Municipal de Educação.

2.2 Políticas Públicas para a Educação Infantil

No que concerne à política pública para a educação infantil no Brasil, segundo os estudos realizados por Silva e Francischini (2012) acerca da história da assistência para a criança, que teve como critério metodológico um levantamento bibliográfico e documental desde o século XVI, evidenciou-se os acontecimentos e os posicionamentos do passado, como influenciadores dos fenômenos atuais, as pesquisadoras chegaram à conclusão que não havia, formalmente, uma atenção especial à educação das crianças nos primeiros anos de vida, tendo em vista que ao longo do século XIX, o termo criança era utilizado até que o indivíduo se tornasse adulto, ou seja, não se considerava as fases de desenvolvimento da criança.

Passava-se de criança a adulto, sem considerar os anos de desenvolvimento desse indivíduo até que atingisse a maioridade, todavia, somente no início do século XX, aparecem menções ao púbere com iniciativas voltadas para as crianças, porém como caráter médico assistencialista e não um cuidado com a educação. Para tanto, o estudo demonstra a distinta realidade e cuidado com as crianças pobres e aquelas oriundas das classes mais abastadas financeiramente (Figueiredo; Raspante, 2022).

As autoras utilizaram como exemplo metafórico a obra Casa Grande e Senzala, ou seja, as crianças do primeiro grupo recebiam uma educação formal criteriosa enquanto as crianças pobres eram tratadas e vistas como potencialmente perigosas e delinquentes pelo fato de viverem em lares expostos ao alcoolismo e os pais muitas vezes não trabalharem.

Logo, essas crianças abandonadas pelos pais, afastadas do meio social e por serem vistas como pobre menor era inserida no regime educativo asilar. Nessa contextualização, o 1º Código de Menores, um instrumento tanto de assistência quanto de controle social da legislação, os sujeitos de zero a dezoito anos de idade eram conceituados como: os expostos, os abandonados, os vadios, os libertinos e os mendigos. Já em 1979, no 2º Código de Menores foi instituída a Doutrina da Situação Irregular, especificando a natureza do tratamento ao menor infrator, substituindo todos os termos definidos anteriormente (expostos, abandonados, vadios, libertinos e mendigos) pela expressão “situação irregular” (Silva; Francischini, 2012, p. 259).

Nesse sentido, no século XIX o tratamento direcionado às crianças era que de alguma forma elas representavam perigo para a sociedade. Para tanto, a Igreja, a Medicina e o Judiciário

eram as esferas que determinavam o futuro dessas crianças, caso os familiares não tivessem as condições ditas como “ideais” para a sociedade vigente à época. Assim, as autoras afirmam que, embora haja avanços salutarés nas discussões e legalidades sobre a Educação Infantil, ainda há muito que ser feito para que a distância entre a legislação e a realidade seja diminuída.

A segunda década do século XXI, tem início com crescentes debates e iniciativas pela educação das crianças pequenas. No Brasil e em grande parte da América Latina registra-se a expansão das matrículas, fato potencializado pela crescente adoção da obrigatoriedade nas faixas etárias que antecedem a entrada na escola primária ou fundamental (Campos, 2010).

Contribuiu para a constituição do novo cenário a interação de fatores como o reconhecimento dos direitos sociais das crianças; os avanços dos estudos e pesquisas, que, embora orientados por diferentes perspectivas epistemológicas, convergem na importância atribuída à educação nessa fase da vida; e os movimentos sociais, em especial o de mulheres da classe trabalhadora, que, necessitando inserir-se nas atividades laborais, reivindicam junto ao Estado a oferta pública de vagas em instituições de educação infantil.

As instituições de educação infantil propagam-se, internacionalmente, a partir da década de 1870 (Figueiredo; Raspante, 2022), mesmo período em que a elite intelectual brasileira se manteve vigilante com os avanços educacionais que circulavam pela Europa e Estados Unidos. Observa-se então que o período final do Império foi profícuo para o debate de ideias e alterações na área educacional. Ressaltamos que as instituições de educação infantil no Brasil datam dessa época.

Nesse sentido, o tema educação para as crianças pequenas entrelaça-se com a história dos direitos da infância, daquilo que socialmente foi sendo construído como compreensão da própria infância e dos direitos que ela possui. Trata-se de um processo de mudança de hábitos e práticas no sentido da defesa da pessoa humana, isto é, estudos têm assinalado que, quando o tema é a criação de espaços específicos cujo objetivo é a educação, tal iniciativa, no Brasil, desenvolveu-se no final do século XIX, quando o governo, de maneira oficial, pronunciou-se em relação aos alunos que não possuíam a idade mínima de sete anos para adentrar nas escolas primárias.

Segundo Souza (2017), creches, escolas maternas e jardins de infância são nomenclaturas criadas na Europa, no século XIX, e que inspiraram o Brasil na criação de seus espaços. A diversidade de nomenclaturas institucionais esconde conceitos e soluções dadas para a educação das crianças pequenas; conceitos estes incorporados e ressignificados à realidade de institucionalização da educação infantil brasileira que, em momentos históricos distintos tinha como referência os termos jardins da infância, pré-primário, escolas maternas, creches e pré-

escolar. Assim, evidencia-se a fusão de duas lógicas convergentes tanto para a institucionalização quanto para a expansão da educação infantil no Brasil: a assistencial e a educativa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA /Lei nº. 8.069, de 13/07/90) que considera como criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e, adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, legislação presente desde a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

A LDB (Lei 9394/96), por ter inserido a Educação Infantil na Educação Básica, retifica o direito à educação de maneira distinta de décadas passadas em que as crianças de 0 a 6 anos não dispunham nem de profissionais e nem de locais adequados à prática pedagógica para esse público, pois o contexto era de assistencialismo (Brasil, 1996).

Desse modo, entende-se que, a conceituação de criança está intimamente relacionada às mudanças sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira, que por sua vez, traz à tona o entendimento da criança como ser social, concreto, e, como um sujeito de direitos, dentre os quais se destaca o direito subjetivo à educação (Luiz; Marchetti; Gomes, 2016).

Em termos práticos, a construção da identidade pedagógica e social da educação infantil resulta de um complexo e multifacetado processo, convergindo múltiplas referências de identidade. Assim, dos movimentos sociais às mudanças nas concepções acerca das crianças e de sua infância, materializadas nas produções científicas e nas representações sociais que medeiam as relações com os adultos, a educação das crianças pequenas define-se e redefine-se constantemente (Luiz; Marchetti; Gomes, 2016).

A afirmação da criança como sujeito de direitos na Constituição Federal de 1988, bem como a definição da educação infantil como primeira etapa da educação básica, inaugurou uma nova institucionalidade, colocando o Brasil como um dos países latino-americanos que mais avançaram nesse campo. Contudo, este é um processo híbrido, confrontado pelas origens históricas das creches e pré-escolas e pelos paradoxos do presente. Logo, com base nos estudos realizados, ambos são pontuais e assertivos sobre a inserção concreta das crianças e como os papéis que desempenham socialmente variam de acordo com as formas de organização social. Especificamente sobre as Políticas Públicas Infantil, a pesquisadora Maria Ghisleny de Paiva Brasil (2016), em sua tese intitulada “Espaços para a educação infantil: entre políticas e práticas”, depreende que a Educação Infantil e a criação de políticas públicas com base nos direitos infantis são alicerçadas em análise de experiências educacionais ao longo dos anos. Tais princípios políticos e abordagens pedagógicas representam as imagens de infância.

Entretanto, traçar o caminho é complexo, pois estabelecer metas e objetivos curriculares para acompanhamento do processo educacional requer assertividade no planejamento.

Em se tratando dos municípios, devido à proximidade com a população, com os políticos e com a realidade local, pode-se compreender com mais proximidade as carências da comunidade e a efetividade ou não dos benefícios comuns, nesse caso, as crianças da educação infantil. Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) prevê a assistência financeira suplementar, auxiliando os municípios na construção de creches e pré-escola públicas de Educação Infantil (Mattos, 2014, p.16).

Nessa contextualização, as políticas públicas fazem parte do cotidiano social com a atribuição norteadora de projetos reais e não fictícios, que propiciem resultados condizentes com as necessidades, visando assim atingir o público-alvo e, ainda, fazendo boa gestão dos recursos financeiros destinados a tais projetos.

Na sequência, traçaremos um percurso histórico sobre dois instrumentos orientadores das políticas públicas voltadas para a educação, desenvolvidas pelo MEC, especificamente o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano de Ações Articuladas (PAR), com suas respectivas propostas.

2.3 Plano Nacional da Educação - PNE

De competência exclusiva da União, os primeiros indícios do Plano Nacional de Educação (PNE) surgiram em 1931, em um modelo anexado no Conselho Nacional de Educação (CNE). A partir de então, nascia a necessidade de mobilizar e materializar ideias, metas e objetivos equivalentes e investimentos para cada uma das esferas governamentais da educação pública brasileira.

Nesse contexto, duas correntes marcaram a educação: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932 (Escola Nova) e representantes da Igreja Católica. Os primeiros apresentavam uma nova abordagem conceitual e prática relacionada à educação e à escola. A assertiva, segundo os defensores da Escola Nova seria a visão de uma educação como direito de todos, laica e gratuita, com a defesa de que os alunos deveriam ser críticos e construtores de novas perspectivas e mudanças sociais, onde, segundo Saviani (2005, p. 26) a prática determina a teoria. E mais, tendo uma teoria da aprendizagem pautada na:

(...) centralidade do educando, concebem a escola como um espaço aberto à iniciativa dos alunos que, interagindo entre si e com o professor, realizam a própria aprendizagem, construindo seus conhecimentos. Ao professor cabe o papel de acompanhar os alunos auxiliando-os em seu próprio processo de aprendizagem. O

eixo do trabalho pedagógico desloca-se, portanto, da compreensão intelectual para a atividade prática, do aspecto lógico para o psicológico, dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos de aprendizagem, do professor para o aluno, do esforço para o interesse, da disciplina para a espontaneidade, da quantidade para a qualidade (Saviani, 2005, p. 26).

Em se tratando da Igreja Católica, os representantes aderiram com vigor a influência do catolicismo em relação ao direcionamento das escolas. A defesa dos representantes católicos pautava-se no ensino tradicional (Vieira; Ramalho; Vieira, 2017). Assim, a concepção pedagógica religiosa (1549-1759) foi implantada pelos jesuítas nos colégios brasileiros com o incentivo, inclusive, financeiro da Coroa.

Dessa maneira, como nos ensina Saviani (2005), com o texto intitulado *As Concepções Pedagógicas da História do Brasil I*, a pedagogia católica se instalou no país, primeiro na versão do Plano de Nóbrega, adequando-se às condições específicas da colônia, e em seguida, na versão do “*Ratio Studiorum*”, cujos cânones foram adotados pelos colégios jesuítas no mundo inteiro, isto é, até a data da expulsão dos jesuítas, a pedagogia cristã, de orientação católica, gozou de uma hegemonia incontrastável no ensino brasileiro com uma pedagogia tradicional enraizada nos preceitos da Idade Média. Cabe ressaltar que a pedagogia protestante também está inserida nesse período histórico como um movimento de reforma da Igreja Católica focado na laicização, de crítica à hierarquia, de defesa do livre arbítrio que marcou a constituição da ordem burguesa (Saviani, 2005, p.26).

No desenvolvimento histórico do PNE, a Constituição Brasileira de 1934 resguardava na Lei nº. 176/36, art.150, a atribuição de fixar, coordenar e realizar a fiscalização como competência da própria União. Já a Constituição de 1946, planejava a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (art. 5º, XV, d). Entretanto, apenas em 1961 que apareceu os precursores iniciais sob resguardo da Lei n. 4.024/61 (Brasil, 2014).

Durante o governo de João Goulart (1956-1964), em 1961 ocorreu a retomada de discussões sobre as atribuições do CNE e a reformulação do PNE. Em 1962, surgia o primeiro Plano Nacional de Educação que consistia em um conjunto de metas que deveriam ser alcançadas com o prazo de oito anos; um plano elaborado com base na primeira vigência da LDB, Lei nº 4.024, de 1961 (Andriola, Araújo, 2017).

Ademais, o PNE representa uma grande indução de mudanças na educação brasileira. As metas descritas fazem parte de um guia composto por diretrizes e estratégias no processo educacional. O objetivo da criação do PNE foi, justamente, para o acompanhamento real da educação no Brasil, ou seja, por meio desse plano as alternativas se tornaram mais viáveis e os

desafios descobertos por meio das metas ganharam novos debates e iniciativas começaram a ser tomadas através do governo (Zanferari; Guil; Almeida, 2017).

Todavia, Dourado (2010) pontua que o PNE como política pública educacional explicita um duplo papel ideológico num movimento de negação e, paradoxalmente, a participação da sociedade nas questões educacionais, mediatizado por uma concepção política, cuja égide consiste no campo dos direitos sociais, na prevalência de uma cidadania regulada e, conseqüentemente, restrita. Por certo, com o transcorrer da tradição histórica brasileira sobre as políticas educacionais, até o ano 1963 não ocorreram mudanças significativas para a educação pública. Em 1964, com o início da Ditadura Militar no país, a educação pública, nesse contexto, era desvalorizada enquanto a privada expandia. No ano de 1965, o PNE passou por processo de revisão, e algumas normas descentralizadoras foram introduzidas.

Na década de 80, após intensa luta por direitos dos novos movimentos sociais e novos partidos políticos de viés progressista, da esquerda socialista à social-democracia, o marco ditatorial foi perdendo forças, mas deixando lacunas econômicas na sociedade e conseqüentemente, a educação estava envolvida nesse processo de crise na economia, ou seja, mesmo após o fim da Ditadura, a estrutura educacional mantinha uma identidade envolta diretamente com o setor econômico, o que a relacionava com sua dependência financeira internacional (Vieira; Ramalho; Vieira, 2017, p. 69).

Em 1988, a Constituição Federal no art. 214 assegura a criação do PNE de duração decenal, composto por metas, objetivos e diretrizes a fim de erradicar o analfabetismo, melhorar a oferta e a qualidade do ensino em todos os níveis, combater as desigualdades educacionais, entre outras pautas. Já em 1996, a LDB, retomando o que determinava a CF/88, reaproximou a necessidade de investimentos na educação pública assim como a obrigatoriedade da elaboração do PNE, conforme reza o artigo 9: “a União incumbir-se-á de: I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (LDB/1996)” (Brasil, 1996).

Tendo em vista que o desenvolvimento econômico e políticas públicas se entrelaçam, em 1997 enquanto o governo da época sob o comando de Fernando Henrique Cardoso (FHC) buscava investimentos internacionais para a educação e defendia uma proposta neoliberal, fato esse que dificultava o diálogo com os movimentos sociais, com os sindicatos. Contudo, esses atores sociais organizaram-se em conferências e foi elaborado um PNE com as demandas da sociedade em resposta à proposta do governo. Documento esse chamado de Plano Nacional de Educação - A Proposta da Sociedade Brasileira, defendendo a seguinte proposta:

Este Plano Nacional de Educação é um documento referência que contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiro, embasado nas lutas e proposições daqueles que defendem uma sociedade mais justa e igualitária e por decorrência uma educação pública gratuita, democrática, laica e de qualidade, para todos, em todos os níveis. Assim, princípios, diretrizes, prioridades, metas e estratégias de ação contidas neste Plano consideram tanto as questões estruturais como as conjecturais, definindo objetivos de longo, médio e curto prazos a serem assumidos pelo conjunto da sociedade enquanto referenciais claros de atuação (Plano Nacional da Educação, 1997, p.2).

Conforme o exposto, essa tomada de decisão dos movimentos sociais em defesa de uma educação pública de qualidade nos remete ao pensamento de Dourado (2010, p. 680), ao afirmar que lutar pela educação é um ato político pois expressa diferentes concepções ideológicas. Nesse sentido, o planejamento dos programas sociais como instrumento de política pública exprime debates, negociações e acordos visando responder determinadas demandas de grupos sociais organizados na luta por soluções e, por outro lado, traduzem uma política de governo e/ou de Estado.

Ressalta-se que, por política de governo entende-se tomadas de decisões conforme a agenda política de um determinado partido político, no seu exercício de poder, ou seja, tratase de demandas sociais de um período específico. Por outro lado, uma política de Estado é mais duradoura e independe de que partido político e agenda partidária estejam exercendo poder, isto é, as políticas de estado não deveriam associar-se a um governo específico ou uma ideologia determinada, remetendo-se a todos aqueles assuntos considerados chaves para defender os interesses gerais de uma nação (Editora Conceitos, 2017), ou seja, uma política de estado ultrapassa governos e atende aos interesses sociais prementes do país.

Mediante esses embates ideológicos marcados por posicionamentos distintos, o PNE conquistou espaço efetivo na agenda governamental no ano 2001 a partir da aprovação da Lei 10.172/2001 (Brasil, 2001) que, dentre alguns objetivos estabelece parcerias entre os sistemas federal, estaduais e municipais e a iniciativa privada, para ampliar e incentivar a oferta de educação de qualidade para crianças, jovens e adolescentes, ou seja, visando melhorar a qualidade da educação em todos os níveis, isto é, a referida Lei reforçava a disposição legal já expressa na CF/88 em seu artigo 214:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, e à integração das ações do poder público que conduzam à: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – melhoria da qualidade do ensino; IV – formação para o trabalho; v – promoção humanística”, e das disposições transitórias da LDB que, em seu artigo 87, parágrafo 1º, preconiza que a União deveria, no prazo de um ano, encaminhar ao Congresso Nacional proposta de PNE, indicando diretrizes e metas para os dez anos seguintes (Década da Educação), em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Brasil, 1988, art.214).

A partir da citação acima, nota-se a lógica política da elaboração do PNE para a década 2001-2010 centralizada na esfera federal. E mais, fica evidente que as tomadas de decisões acerca das políticas educacionais e o contexto sociopolítico e cultural se entrelaçam no sentido da regulamentação e regulação institucional dos direitos sociais à educação, numa lógica de continuidade/descontinuidade pela falta de planejamento por parte do governo.

Para Dourado (2010) isso se justifica porque as políticas de gestão não se dissociam dos marcos estruturais de uma sociedade, tradicionalmente marcada por um *ethos* patrimonial onde a desigualdade social se faz presente num modelo social desigual e combinado. Entretanto, conforme as análises realizadas pelo referido autor sobre o PNE no período de 2001 a 2010, mesmo num cenário marcado por desigualdades sociais, políticas, econômicas, alguns avanços são consideráveis, como, por exemplo, a democratização das políticas educacionais, ainda que tais políticas não sejam resultados efetivos do PNE como política de Estado e base para os processos de planejamento e gestão da educação nacional; a configuração de um plano formal, embora marcado pela ausência de mecanismos concretos de financiamento (Dourado, 2010, p. 685).

Dentre as ações deste PNE, o Decreto 6094/2007 se sobressai, pois apresenta o Plano de Metas e Compromisso Todos Pela Educação como a conjunção dos esforços da União, Estado, Distrito Federal e Municípios atuando em regime de colaboração e, também, o IDEB como o critério para se averiguar o cumprimento ou não, das metas propostas, ou seja:

O Plano de Metas agrega ingredientes novos ao regime de colaboração, de forma a garantir a sustentabilidade das ações que o compõem. Convênios unidimensionais e efêmeros dão lugar aos planos de ações articuladas (PAR), de caráter plurianual, construídos com a participação de gestores e educadores locais, baseados em diagnósticos de caráter participativos, elaborados a partir da utilização do Instrumento de Avaliação de Campo, que permite a análise compartilhada do sistema educacional em quatro dimensões: gestão educacional, formação de professores e dos profissionais do serviço e apoio pedagógico, práticas pedagógicas e avaliação e, infraestrutura física e recursos pedagógicos (Brasil, 2007, s.p).

Entretanto, embora a citação exposta pontue um plano que agrega os entes federados de modo democrático, participativo, nota-se também, limites para a sua efetivação, ou seja, o PNE aprovado não se constituiu como base e diretriz para políticas, planejamento e gestão educacional pelos governos do período, nem foi acionado como tal pelos diferentes segmentos da sociedade civil e política brasileira, isto é, as entidades educacionais não efetivaram uma avaliação sistemática e global do Plano e de sua concretização.

Passada a década do PNE 2001-2010, iniciaram-se novos estudos em parceria com o Conselho Nacional de Educação (CNE) para uma reelaboração do PNE seguinte 2011-2020.

Sublinha-se aqui o contexto sociopolítico de transição do governo FHC para o governo Lula, com marco de possíveis mudanças nas diretrizes educacionais, Frigotto (2011, p. 246), reforça que:

Pode-se afirmar, assim, que a despeito de algumas intenções em contrário, a estratégia de fazer reformas conciliando e não confrontando os interesses da minoria prepotente com as necessidades da maioria desvalida acaba favorecendo essa minoria, mantendo o dualismo estrutural na educação, a inexistência de um sistema nacional de educação, uma desigualdade abismal de bases materiais e de formação, condições de trabalho e remuneração dos professores, redundando numa pífia qualidade de educação para a maioria da população (Frigotto, 2011, p. 246).

Em outros termos, a citação supracitada recorre ao discurso sobre as contradições governamentais do presidente na época, Lula. Nesse quesito, algumas mudanças neoliberais permaneceram e por outro lado, as políticas sociais tomavam um novo rumo de mudanças significativas no país.

Diante do exposto, entre processos e debates, no ano de 2011 a Câmara dos Deputados iniciou o requerimento de reformulação do próximo Plano Nacional de Educação por intermédio do Projeto de Lei nº 8.035/2010 e posteriormente, transformado na Lei Ordinária 13005/2014. O processo de construção desse novo PNE (2014-2024) contou com a participação das entidades educacionais e sociedade civil por meio das Conferências de Educação Nacional, estaduais e municipais em todo o país.

Na data de 16 de outubro do ano de 2012 a redação final era aprovada e enviada ao Senado. Apenas no dia 6 de maio de 2014, o parecer foi reformulado. E entre aprovação e discussão no plenário somente em junho de 2014 ocorreu a aprovação do PNE (Brasil, 2014), “após quase quatro anos de complexa e disputada tramitação no Congresso Nacional” (Dourado 2016, p. 21).

Assim, o PNE (2014-2024) foi aprovado e apresenta um grande marco para a sociedade. A Lei nº 13.005/2014 representa instrumentos viáveis para realização do PNE. Desse modo, a atribuição da Constituição é de extrema relevância para o avanço da educação ao tentar cumprir as metas vigentes (Brasil, 2014). São 20 metas a serem cumpridas, oriundas de 10 diretrizes e totalizando 254 estratégias que abarcam desde a educação infantil ao ensino superior, passando pela gestão democrática, financiamento da educação pública e erradicação do analfabetismo. Todavia, focaremos na Meta 1 por dialogar como objeto desse estudo que, de acordo com a Lei 13.005/2014:

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches

de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (Brasil, 2014, s.p).

Para a temática aqui abordada, Saviani (2007) avalia o PNE como uma ação política de grande repercussão, uma vez que houve uma grande divulgação em toda a mídia e com isso percebeu uma receptividade da sociedade civil, ou seja, o Plano teve boa aceitação em virtude da concentração de esforços na melhoria estrutural da escola, o que inclui desde a formação e valorização dos professores, infraestrutura, transporte escolar, inclusão social, acesso às tecnologias, construção e investimentos em creches e pré-escolas, dentre outros.

Nesses termos, após essa explanação sobre o PNE, nos reportaremos na seção seguinte a outro instrumento de planejamento estratégico da educação básica – o Programa de Ações Articuladas (PAR). Com caráter plurianual, tem como objetivo, colaborar e melhorar tanto as condições de acesso quanto as de melhoria e permanência das crianças nas escolas básicas estaduais e/ou municipais.

2.4 Plano de Ação Articulada – PAR

De acordo com a Lei 12.695/2012, o Plano de Ações Articuladas (PAR) é um conjunto de ações apoiado pelo MEC, tanto de maneira técnica quanto financeira, aos estados e municípios brasileiros visando a implementação de políticas educacionais direcionadas à efetivação da qualidade de ensino, “observadas as metas, diretrizes e estratégias do Plano Nacional de Educação” (Brasil, 2012, Art. 1º, § único). Em outras palavras, esse programa é um instrumento de planejamento com o objetivo de diagnosticar a realidade educacional de determinado estado ou município, visando modificar, de forma positiva, o contexto educacional delimitado, isto é, elevando os índices de desempenho dos alunos a partir de uma reestruturação na gestão educacional.

O referido programa também pode ser considerado uma política pública social por ter como finalidade resolver demandas com base nos índices apontados pelo IDEB, de acordo com cada dimensão educacional avaliada, que no total são quatro, isto é, com base na Lei 12.695/2012, artigo 2, § 1º, que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, elas são: I - gestão educacional; II - formação de profissionais de educação; III - práticas pedagógicas e avaliação; IV - infraestrutura física e recursos pedagógicos (Brasil, 2012).

Para tanto, cada dimensão avaliada é composta por áreas de atuação, e cada área apresenta indicadores específicos, totalizando cinquenta e dois indicadores pontuados segundo

a descrição de critérios correspondentes a quatro níveis, ou seja, a equipe do comitê local avaliará, conjuntamente, as ações e os dados, pontuando-as com notas de 1 a 4, de acordo com a realidade municipal englobando suas necessidades e possibilidades. Neste estudo, prioriza-se a educação infantil.

Toda essa avaliação é realizada pelo MEC através do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), um sistema virtual técnico, operacional e integrado, disponibilizado a todos os municípios e Estados que aderiram ao PAR como um instrumento de planejamento. De maneira prática, esse programa representa, de certa maneira, tomadas de decisões descentralizadas, pois é pautado em adaptações e flexibilidades ao atendimento de demandas pontuadas pelo Comitê Local. Vejamos no quadro a seguir os critérios de avaliação diagnóstica norteadores das decisões municipais alicerçadas no PAR.

Quadro 1- Critérios de pontuação diagnóstica do PAR

Critérios de Pontuação	Descrição do critério
Pontuação 1	A descrição aponta para uma situação crítica. O município precisará implementar um conjunto de ações imediatas (que no PAR chamam-se “subações”) para melhorar os resultados do indicador.
Pontuação 2	A descrição aponta para uma situação insuficiente, com mais aspectos negativos do que positivos. Em geral o município precisará implementar um conjunto de ações (que no PAR chamam-se “subações”) para melhorar os resultados do indicador.
Pontuação 3	A descrição aponta para uma situação que apresenta mais aspectos positivos do que negativos, significando que o município desenvolve, parcialmente, ações que favorecem o bom desempenho no indicador em questão.
Pontuação 4	A descrição aponta para uma situação positiva
Opção não se aplica	Deve ser selecionada somente quando não há possibilidade de registro, uma vez que o município não tem ações no âmbito daquele indicador.

Fonte: Adaptado MEC

Sublinha-se que além dos critérios de pontuação diagnóstica do PAR, a atuação do MEC se complementa com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado para avaliar a melhoria da qualidade da educação básica, verificando o cumprimento ou não das metas do Termo de Compromisso, ou seja:

A adesão voluntária de cada ente federativo ao Compromisso implica a assunção da responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica em sua esfera de competência, expressa pelo cumprimento de meta de evolução do Ideb, observando-se as diretrizes relacionadas no art. 2º (Brasil, 2007, Art. 5º).

Para tanto, há que se elaborar, mobilizar tanto estratégias quanto recursos financeiros para a sua execução e, o Governo Federal como um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade propõe para a sociedade como um todo, assume as funções de Estado para dar respostas a essa parcela da população que não recebeu uma educação formal de qualidade. Adiciona-se a isso que: o Estado deve responder a esses problemas ou em outros termos, deve assegurar condições materiais para a promoção da educação para todas as pessoas (Hölfling, 2001, p. 34).

Conforme o Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, dentre as características do PAR pode-se mencionar:

O PAR é multidimensional e sua temporalidade o protege daquilo que tem sido o maior impeditivo do desenvolvimento do regime de colaboração: a descontinuidade das ações, a destruição da memória do que foi adotado, a invenção, a cada troca de equipe, do que já foi inventado. Em outras palavras, a intermitência. Só assim se torna possível estabelecer metas de qualidade de longo prazo para que cada escola ou rede de ensino tome a si como parâmetro e encontre apoio para seu desenvolvimento institucional (Brasil, 2007, p. 24).

Assim, para a elaboração do PAR, o ente federativo (Estado, Distrito Federal ou município) deverá realizar, primeiramente, um diagnóstico da sua rede de ensino, com base nos dados disponibilizados pelo MEC, para, posteriormente, elencar as ações de assistência técnica ou financeira para um período plurianual que podem ser de responsabilidade do MEC ou do próprio ente federativo, ou seja, um princípio fundamental do PAR no que diz respeito ao instrumento de gestão é justamente a possibilidade do município em realizar o planejamento de acordo com as demandas educacionais (Valadão, 2015).

Para tanto, para se receber o apoio técnico e financeiro por parte do Ministério da Educação algumas exigências legais foram pontuadas, no referido Decreto 6.094/2007:

I – Elaborar e enviar, no prazo estabelecido pelo MEC, as informações prévias com a visão local das ações que possam contribuir para a melhoria das condições de acesso e permanência e para o desenvolvimento da rede pública da educação básica; II – Receber a consultoria disponibilizada pelo MEC, garantindo a participação de seu dirigente municipal, dirigente educacional e outros representantes da sociedade civil e organizada, na formulação do Plano de Ações Articuladas (PAR); III – Garantir a participação representativa da sociedade civil no exercício do controle das ações educacionais ofertadas à sua comunidade, durante a implementação do PAR, o que deverá ser realizado pelo Comitê Local do Compromisso, conforme diretriz estabelecida no art. 2o do Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007, art. 4º §1o).

Entretanto, além dessas exigências do referido Decreto, o MEC exige outros critérios que, de maneira conjunta, devem ser elaborados. Vejamos:

- Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação;
- Compor uma equipe local para elaborar o planejamento;
- Fazer uma análise das informações disponibilizadas pelo MEC/INEP sobre os dados educacionais com as respectivas metas a atingir;
- Elaborar o diagnóstico da situação educacional do município por meio do instrumento disponibilizado pelo governo de acordo com as dimensões, áreas e indicadores;
- Fazer um levantamento dos indicadores com baixa pontuação;
- Elaborar o PAR de acordo com os indicadores com baixa pontuação (Brasil, 2007, s.p).

Dessa maneira, a compreensão do PAR desde a implantação da Constituição Federal de 1988, à criação das políticas públicas envolvendo o Plano Plurianual (PPA), a elaboração dos PNEs em 2001 e 2014, a criação do PDE e o próprio PAR como um arranjo político com o potencial de incentivar a descentralização de políticas públicas educacionais a partir de um planejamento centralizado, no caso, nas demandas do município de Porto Nacional, tendo como suporte, a Secretaria Municipal de Educação e o Comitê local para que a sociedade tenha conhecimento do programa e voz das decisões e pontuações das demandas; comitê este que deverá ser formado também, em conformidade com o Decreto 6094/2007:

XXVIII - organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB (Brasil, 2007, s.p).

Visando os princípios de uma gestão democrática, o MEC propõe esse entrelaçamento entre os servidores públicos do Estado e a sociedade civil para que os debates e as metas traçadas lancem luz a questões abrangentes como, por exemplo, a realidade das escolas da zona rural, das comunidades ribeirinhas e distritais; todas de responsabilidade do município. Assim, conforme as Orientações Gerais para a Elaboração do PAR (2009), o Comitê deve ser preferencialmente composto por:

(...) dirigente municipal de educação; técnicos da secretaria municipal de educação; representante dos diretores de escola; representante dos professores da zona urbana; representante dos professores da zona rural; representante dos coordenadores ou supervisores escolares; representante do quadro técnico-administrativo das escolas; representante dos conselhos escolares; representante do Conselho Municipal de Educação (quando houver) (Brasil, 2009, p. 04).

Após o exposto sobre o PAR, cabe aqui uma seguinte análise crítica: como os critérios de avaliação são determinados pelo MEC? será que de fato o termo descentralizado, caberia nesse planejamento ou seria mais um instrumento imposto da esfera de cima (União) para a de baixo (estados, municípios)?

Auxiliando-nos neste questionamento, Valadão (2015, p.98) afirma não ser facultativo ao município escolher ações distintas das que são propostas no SIMEC, ou seja, trata-se de um planejamento centralizado na política educacional do governo federal. Por isso, cabe ao município avaliar suas condições técnicas e financeiras para, em seguida, aderir ou não ao PAR.

3 LEVANTAMENTO DAS AQUISIÇÕES DE PRÉDIOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

EM PORTO NACIONAL – TO

Nesta seção do texto, apresentar-se-á o processo de construção do PAR e os respectivos desafios do município de Porto nacional, e em seguida, discorreremos sobre os desafios encontrados pelo município para a aquisição de prédios para o atendimento da demanda infantil.

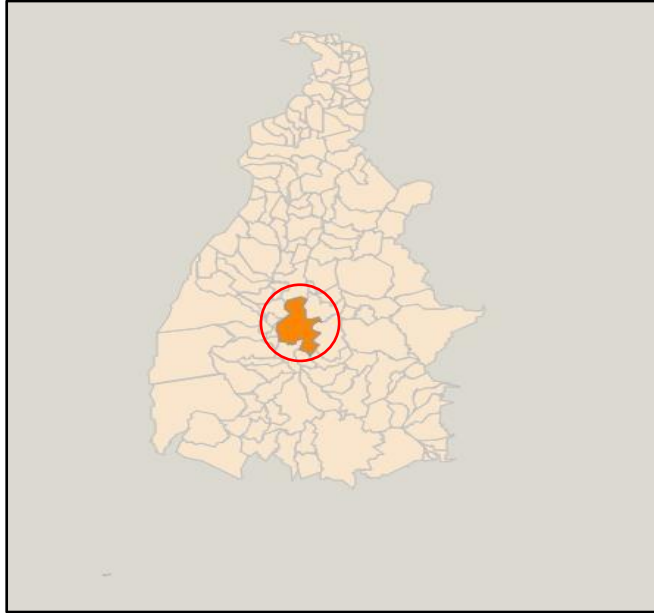
3.1 Construção do PAR e seus desafios no município de Porto Nacional

Esse tópico atenderá aos objetivos de: Analisar as ações propostas no Plano de Ações Articuladas – PAR, dimensão infraestrutura física e recursos pedagógicos para a Educação Infantil do município de Porto Nacional; e apontar os desafios encontrados pelo município para geração de dados e acompanhamento da demanda e oferta de Educação Infantil.

O município possui uma população estimada de 71.101 (setenta e um mil) habitantes segundo dados do IBGE 2023, com taxas de nascidos vivos de 1.187 (um mil e cento e oitenta e sete) e mortalidade de 10.97 a cada mil nascidos vivos com índice IDH 0,750 de acordo com a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Segue em anexo a localização geográfica do município de Porto Nacional de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Imagem1: Localização do município de Porto Nacional – TO



Fonte: IBGE, 2023

A rede municipal de ensino é composta por 30 (trinta) escolas, sendo 18 (dezoito) urbana e 12 (doze) na zona rural, com total de atendimentos de 7.486 (sete mil e quatrocentos e oitenta e seis) alunos com IDEB de 5,0 em 2021. Considerando a crescente demanda educacional, especialmente da educação infantil com 1.113 (mil e cento e treze) alunos em lista de espera, observa-se a necessidade de aumento de vagas escolares para atendimento a todas as crianças que é de responsabilidade do município, cito educação infantil com demanda reprimida de ensino fundamental I e II.

O público atendido pela Rede Municipal de Ensino constitui-se na parcela mais carente da nossa sociedade, a saber: crianças e adolescentes filhos de famílias desempregadas e subempregados; jovens e adultos que historicamente vem sofrendo com a negação de direitos, como educação pública de qualidade. Em se tratando da educação infantil, o atendimento é dividido em duas faixas etárias: 1ª infância são as crianças de 6 meses a 3 anos, atendidos na etapa Creche; a 2ª infância são as de 4 a 5 anos, atendidos na etapa Pré-Escola (Plano Municipal de Educação, 2015, p. 48).

Em 2015 foram inaugurados dois CMEIs do PROINFANCIA, e o município possui outros cinco CMEI que atendem as duas etapas, o município conta ainda com cinco escolas urbanas e oito escolas do campo que atendem a segunda infância totalizando até então 1.756 (um mil setecentos e cinquenta e seis) alunos da educação infantil, onde as turmas são divididas de acordo com a faixa etária, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação (Plano Municipal da Educação, 2015).

Quadro 2: Alunos matriculados no Ensino Infantil no município

CMEI - Urbano:	905
CMEI – Campo	21
Pré-Escola - Urbano	1530
Pré-Escola - Campo	184
	Total Ensino Infantil: 2.640

Fonte: Coordenação de Inspeção Escolar, Legislação e Normas, 2023

O processo de construção do PAR em Porto Nacional é o mesmo que se apresenta aos demais municípios, uma vez que o Programa é de caráter Nacional, o FNDE apresenta o Planejamento de forma sistematizada via SIMEC, após isso, ente via Secretária Municipal de Educação tem a responsabilidade de apresentar as iniciativas conforme a sua realidade. O planejamento consiste em 4 dimensões, sendo: Gestão Educacional; Formação de Professores, dos profissionais de Serviço e Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas; Avaliação, Infraestrutura e Recursos Pedagógicos, essas dimensões contemplam as necessidades de um processo Educacional, antes da realização das iniciativas, o sistema exige que seja feita uma análise do PME, nesse contexto, as metas são apresentadas e alinhadas com o diagnóstico que contém indicadores de qualidade, permitindo ao ente conhecer a sua realidade e a partir de então elaborar o planejamento.

O Diagnóstico é realizado da seguinte forma: formação dos profissionais envolvidos em cada etapa: pedagógico, almoxarifado, alimentação, TI, prefeito, secretários de educação e infraestrutura, vereadores, gestores educacionais, supervisores, professores, representantes de pais e alunos, onde o sistema é apresentado abordando as responsabilidades técnicas de cada departamento sendo entregue uma pasta com os questionários a serem respondidos e com data a ser entregues.

Após o recolhimento dos questionários, estes são analisados e apresentados para todos, havendo uma discussão sobre os itens apresentados e decisão sobre quantitativos das iniciativas a serem inseridas no planejamento, que posteriormente são analisadas pelo FNDE e havendo recursos, são liberados. O SIMEC contém dados do município, tendo como exigência a inserção dos dados do Conselho do CACS FUNDE, nutricionistas e duas equipes sendo: uma de equipe Técnica: Engenheiro, Técnico do PAR e Secretária e respectivamente representantes da Câmara de Vereadores, Professores da zona urbana e rural, supervisores educacionais, conselhos municipal e estadual de educação.

As primeiras aquisições foram aquisições via SIMEC – PAR com ampliação de duas escolas no ano de 2008 e até então já somam 22 obras entre quadras esportivas, creches e

materiais com materiais e como equipamentos, que ainda faltam concluir cinco (5) destas. Considerando que houve um aumento significativo da população no município e conseqüentemente de alunos, especialmente na Educação Infantil ainda faltam mais prédios escolares.

Em Porto Nacional - TO, a modalidade de Educação Infantil atende atualmente 2.640 crianças que estão distribuídas em 8 CMEIS, sendo:

Quadro 3: Relação de CMEI no município

ORD	CMEI
01	Centro Municipal de Educação Infantil Dona Aurenny
02	Centro Municipal de Educação Infantil Dr Osvaldo Aires da Silva - Campo
03	Centro Municipal de Educação Infantil Izidória Quirino dos Santos
04	Centro Municipal de Educação Infantil Professora Lidiane Barbosa Pires -FNDE
05	CRECHE Dona Aparecida Bertan Venturini – FNDE
06	Escola Municipal Divino Espírito Santo
07	Escola Municipal Ernestina Freire Aires
08	Centro Municipal de Educação Infantil Professora Judith Tavares de Meneses - FNDE

Segue em anexo algumas imagens:

Imagem 2: Escola Municipal Dr. Osvaldo Aires



Fonte: Elizabeth Carneiro da Silva, 2023

Imagem 3: CEMEI Judith Tavares



Elizabeth Carneiro da Silva, 2023

Imagem 4: Escola Municipal Divino Espírito Santo

Imagem 5: Centro Municipal Dona Aurenny



Elizabeth Carneiro da Silva, 2023



Elizabeth Carneiro da Silva, 2023

Imagem 6: Centro Municipal Izidória Quirino



Elizabeth Carneiro da Silva, 2023

Imagem 7: CEMEI Bertan Venturini

Fonte: <https://images.app.goo.gl/2wvnuZhjd7BYFV8T6>

Existem atualmente cadastrados no SIMEC na aba Obras 2.0 com as seguintes projeções: uma Creche em construção e duas em fase de planejamento, bem como solicitação de construção de mais 02, buscando ampliar o número de vagas ofertadas pela rede municipal de ensino.

As informações sobre a estrutura das escolas existentes que ofertam educação infantil (rural):

Quadro 4: Informações escolares

CARACTERÍSTICA	QUANTITATIVO
Inadequados	10 (banheiros, refeitórios, biblioteca, pátios, sala de professores, cozinha)
Cedidos	02
Alugados	02
Sala de recursos	17

Quadro 4: Relação de alunos atendidos

ORD	ESCOLA	Alunos Atendidos
01	Escola Municipal Maria de Melo Sousa	?
02	Escola Municipal Pau D'Arco	48
03	Escola Municipal Jacinto Bispo Arantes-Senhor Rió	900

As condições de funcionamento dos prédios inadequado (que não atendem as especificidades dos indicadores de qualidade) que estão precisando de manutenção internas e externas, provocam dificuldades para desenvolvimento das atividades rotineiras com as crianças, bem como desconforto para os educadores, as listas de espera são extensas e ainda não contempla a demanda em sua totalidade que segundo o IBGE chegam ao número de aproximadamente 6 mil crianças.

3.2 Desafios encontrados pelo município para a aquisição de prédios para o atendimento da demanda infantil

Os desafios encontrados no município de Porto Nacional - TO em relação a aquisição de prédios para atendimento às crianças da educação infantil enfrenta problemáticas, tendo em vista que a fonte principal de recursos destinados as estes são oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que precisa atender às 5.570 localidades.

O Estudo de demanda ainda é um fator determinante para o convencimento da necessidade da liberação dos recursos, uma vez que, é preciso ter alunos para ser construída a escola, no entanto, a elaboração do mesmo com dados reais constituem também um desafio pois, os dados mudam constantemente em decorrência do aumento populacional e o distanciamento da elaboração da iniciativa até a data da aprovação da solicitação.

Verifica-se que há 4 processos registrados no SIMEC/ PAR no Campo Obras 2.0 na aba Troca de Terreno, revelando que a indicação da localidade escolhida não foi assertiva e a justificativa para a solicitação desse serviço é que a atual área atenderá um maior de número de crianças, esse processo gera tempo que demanda na nova análise, desvalorização do valor financeiro e atraso na entrega da obra.

Dessa forma, compreende -se que um bom estudo de demanda informado no momento do planejamento, minimiza os riscos acima mencionados favorecendo o processo de apresentação das iniciativas apresentadas.

4 FUNDAMENTAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DE SOFTWARE PARA GERAÇÃO DE DADOS SOBRE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1 Dados históricos

A presente proposta busca a construção de um banco de dados que contenha as informações necessárias para nortear o processo de tomada de decisões na elaboração de políticas públicas na modalidade de educação infantil em todas as áreas que promovem o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem; escolhas como da localização dos prédios a serem construídos ainda é um desafio, tendo em vista a insuficiência dos mesmos para o atendimento a clientela.

A tomada de decisões precisa ser feita com base em dados que permitam a visualização mais próxima da realidade, buscando assim reduzir os riscos, garantindo a eficácia da ação, dessa forma:

Um banco de dados é um software que armazena um conjunto de dados interrelacionados, representando informações sobre um domínio específico, ou seja, sempre que for possível agrupar informações que se relacionam e tratam de um mesmo assunto, posso dizer que tenho um banco de dados (Korth, 1994, s.p).

A tecnologia é um fator fundamental para o gerenciamento de dados e sua evolução tem atendido as necessidades das mais simples às mais complexas, como em grandes e pequenos empreendimentos, ou seja, em todos os setores são encontrados novos produtos tecnológicos sofisticados a serviço dos processos de formação de banco de dados.

O sistema de banco de dados começou a ser usado nas décadas de 1960 e 1970, na IBM (*International Business Machines*), quando esta empresa percebeu que estava muito custoso contratar várias pessoas para ficar armazenando dados e organizando arquivos. Muitas pesquisas foram realizadas durante esse período. Uma das pesquisas publicadas pelo pesquisador da IBM, *Ted Codd*, apresentou o primeiro artigo sobre bancos de dados relacionais. Esse artigo discutia o uso de cálculo e álgebra relacional para permitir que usuários não técnicos armazenassem e recuperassem grande quantidade de informações (IMD, sd).

O Banco de Dados Relacional funciona a partir de 4 pilares de transação, que dão origem a sigla ACID (Atomicidade, consistência, isolamento e durabilidade), diferentemente do tipo anterior, o Banco de Dados Não Relacional não armazena as informações em tabelas, pois compete maior complexidade e diferente modo de funcionamento, contendo todos os dados em um mesmo registro.

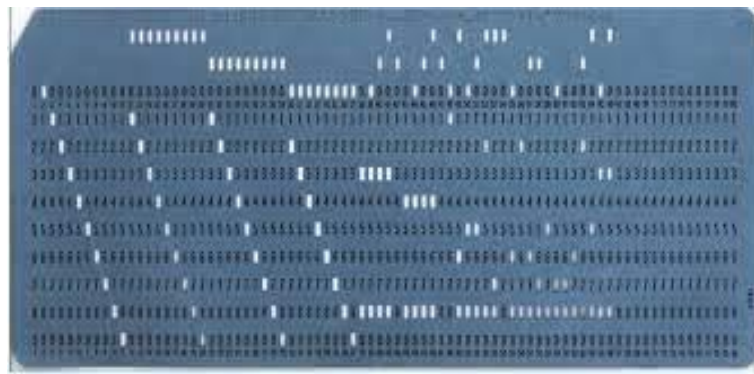
O ser humano sempre procurou formas de armazenar dados e informações através da escrita em pedras e no papel, mas essas formas de armazenar foram superadas graças à evolução tecnológica. Dessa forma, arquivos informativos como fotos e vídeos podem ser armazenados e assegurados por esse tipo de sistema. Além disso, dispensa o uso de Banco de Dados relacionais, possuindo bons índices de efetividade combinada a complexidade existente.

Com a criação do primeiro computador mecânico em 1890, pelo mercado norte americano Hermann Hollerith (1860-1929), a tecnologia foi aos poucos sendo incrementada no mundo, e a partir de 1930, começam as pesquisas para substituir as partes mecânicas por elétricas surgindo o primeiro computador digital em 1946 (Korth, 1994). Sem dúvidas, a eficácia do uso de recursos tecnológicos no cotidiano facilitou o sistema de comunicação possibilitando melhorias nas relações primordiais também corriqueiras, vejamos alguns dos dispositivos:

4.1.1 Cartão perfurado

É um cartão que contém informação digital representada pela presença ou falta de furos em posições predefinidas. Eram usados no século XX para processamento e armazenamentos de dados.

Imagem 1: Cartão perfurado

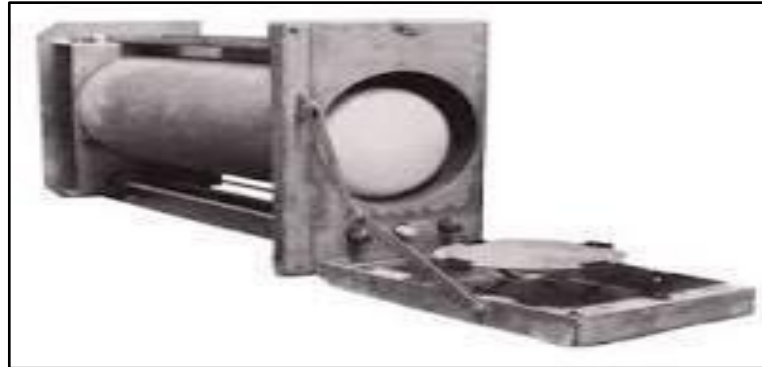


Fonte: <https://memoriainfo.furg.br/acervo/cartoes>

4.1.2 Cartão de Williams

De acordo com Martins (2013), o Tubo de Williams, como é possível ver na figura 2, foi criado por Sir Frederick Williams em 1947 e era um tipo de memória usado nos primeiros computadores. Foi a primeira memória de alta velocidade.

Imagem 2: tubo de Williams



Fonte: Martins, 2013

4.1.3 Fita uniservo

Imagem 3: fita uniservo



Fonte: Martins, 2018

Segundo (Martins, 2018), a fita Uniservo (Imagem 3), foi inventada em 1951 para ser o dispositivo usado no computador Univac I, além de ser a primeira fita vendida para um computador comercial. Já a fita cassete, ou *compact cassette* foi criada em 1963 pela empresa Philips e era uma fita magnética para gravação de áudio (Sá, 2018). No começo a cassete serviria para colocar dados, mas o seu preço fez com que fosse substituída pelo disquete. Podese ver várias fitas cassete na imagem 4.

Imagem 4: fitas cassetes



Fonte: Sá, 2018

4.1.4 Disquetes

Após as dificuldades enfrentadas com as fitas cassete, os pesquisadores buscaram outro meio de armazenamento que fosse portátil e eficaz, tanto para leitura e gravação dos dados. Segundo (Sá, 2018), em 1969 surge o disquete (Imagem 5) e foi um dos principais meios de armazenamento de dados nos anos 70 até o fim dos anos 90. Entre os vários tipos de disquete o mais popular foi 3,5 polegadas que tinha capacidade de 1,44 MB.

Imagem 5: disquetes



Fonte: Sá, 2018

4.1.5 Digital Vídeo Disc (DVD)

Depois do CD surgiu o DVD (Digital Video Disc) em 1995. Foi muito utilizado no mercado de vídeo, mas perdeu espaço devido ao crescimento de serviços de streaming, como a Netflix (Sá, 2018).

Imagem 6: DVD



Fonte: Sá, 2018

Logo em seguida, surgiu também, o cartão SD:

Imagem 7: Cartão SD



Fonte: Sá, 2018

4.1.6 Pen Drive

De acordo com Janssen (2015), o pen drive foi inventado no final dos anos 90, por Dov Moran, quando passou por um constrangimento durante uma palestra com seu notebook que fez ele ter a ideia de criar algo que permitisse levar arquivos com a pessoa. O pen drive apareceu no mercado em 2000 e substituiu o disquete por ter maior capacidade (Sá, 2018).

Imagem 8: pendrive



Fonte: Sá, 2018

4.1.7 Armazenamento em nuvens

De acordo com Sá (2018), o armazenamento em nuvem é a maior evolução até hoje dos dispositivos de armazenamento de dados. O armazenamento em nuvem armazena a informação em um “drive virtual”, popularmente chamada “nuvem”, que pode ser acessada através de qualquer dispositivo e em qualquer parte do mundo.

Atualmente, há várias formas de “*cloud computing*” ou “computação em nuvem”, dentre os quais, podemos citar o Google Drive, Apple iCloud, Dropbox, Mega (mega.nz) e Microsoft OneDrive. Muitos dos quais, tem um armazenamento gratuito, com capacidade de armazenamento pré-determinada, podendo-se assinar o serviço ou pagar uma mensalidade para se conseguir uma capacidade de armazenamento maior. Tais recursos, se compararmos com os primórdios dos mecanismos de armazenamento, trata-se de uma revolução quanto ao armazenamento de arquivos, vídeos, músicas e dados, tanto no âmbito pessoal, quanto profissional (Sá, 2018).

Imagem 9: Nuvem



Fonte: Sá, 2018

Como proposto inicialmente e como vem sendo utilizado os recursos tecnológicos para gerenciamento da melhoria das elaborações e execução das políticas públicas brasileiras, é importante mencionar que a interlocução entre as áreas saúde, educação, assistência social, esporte e lazer constitui-se como direitos fundamentais e devem ser ofertados como exercício da cidadania desde a primeira infância.

O papel dos dados desempenha importante papel do desenvolvimento de políticas sociais, a efetividade dessas políticas não é determinada apenas por um fato, mas são uma série de elementos institucionais e operacionais. Desse modo, a disponibilidade da informação estatística regularizada apresenta maior probabilidade de sucesso, pois permite a identificação de demandas sociais presentes na sociedade, com essa visibilidade, é possível elaborar diagnósticos robustos, possibilitando o mapeamento gestacional e por consequência, o atendimento de serviços bem como a criação de políticas e programas (Howle et al., 2013). Isso implica mensurar que, a informação estatística desempenha um papel instrumental relevante em todas as fases de implementação de um programa público.

Dessa forma, a utilização de dispositivos disponíveis e de fácil acesso aos usuários aliados a inserção correta dos dados e com fidelidade aos objetivos propostos poderão contribuir com a eficácia das políticas de educação infantil.

5 PROPOSTA DE BANCO DE DADOS

A proposta busca levantar dados das crianças de 0 a 6 anos nascidas no município de Porto Nacional - TO, tendo em vista que estas constituem público-alvo das políticas educação infantil e ainda constituem um grande número sem direito ao atendimento em creches.

O banco de dados proposto armazenará dados como: nascidos vivos, ano, sexo, bairro, deficiências, escolas próximas, conjuntos habitacionais em construção, situação econômica e demais informações de caráter significativo. A partir dessas informações coletadas e inseridas no dispositivo, de forma mensal ou conforme necessidade, facilitará a identificação da demanda, promovendo a elaboração de propostas de atendimento educacional.

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional, responsável pela execução, terá no sistema de gerenciamento de matrículas a inserção de uma aba chamada de banco de dados que serão coletados via um questionário online enviado à Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Sistema SINASC -Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos.

Com objetivo de facilitar a fidelidade dos dados, serão envolvidos outros setores, como a Secretaria da Habitação e do Desenvolvimento Urbano para informações referentes a regularização fundiária e a Secretaria da Regularização Fundiária acerca dos dados de maior crescimento populacional por áreas e/ou região. Espera-se que estes dados sejam suficientes para elaboração de um banco de dados que deve ser atualizado e utilizado no planejamento das ações de aquisição de prédios escolares, especificamente creches que são, de maneira geral, insuficientes.

O instrumento que se propõe é POWER BI, que permite o armazenamento de dados bem como a sua análise e monitoramento gerando as informações necessárias e em tempo real atendendo assim o objetivo da proposta em questão.

5.1 Instrumentos

5.1.1 SINASC

O Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) foi implantado oficialmente a partir de 1990, com o objetivo de coletar dados sobre os nascimentos ocorridos em todo o território nacional e fornecer informações sobre natalidade para todos os níveis do Sistema de Saúde. O documento padrão de uso obrigatório em todo o território nacional essencial à coleta de dados de nascidos vivos no Brasil é a Declaração de Nascidos Vivos (DN), considerado como

documento hábil para os fins do art. 51 da Lei nº 6.015/1973, para a lavratura da Certidão de Nascimento pelo Cartório de Registro Civil (Art. 11 da Portaria nº 116 MS/SVS/2009) e do inciso IV do art. 10 da Lei nº 8.069/1990.

A DN é impressa e preenchida em três vias pré-numeradas sequencialmente. Sua emissão e distribuição para os estados são de competência exclusiva do Ministério da Saúde. A distribuição para os municípios fica a cargo das Secretarias Estaduais de Saúde, responsável pelo controle na distribuição do referido documento entre os estabelecimentos de saúde e Cartórios do Registro Civil. Além disso, a Portaria nº 116 MS/SVS/2009 prevê também a distribuição de formulários para profissionais de saúde e parteiras tradicionais (estas apenas quando reconhecidas e vinculadas a unidade de saúde), que realizem atendimento a parto domiciliar, mediante cadastramento e controle da Secretaria Municipal de Saúde.

Nas Secretarias Municipais de Saúde, as DN são digitadas, processadas, criticadas e consolidadas no SINASC local. Em seguida, os dados informados pelos municípios sobre os nascimentos no nível local são transferidos à base de dados do nível estadual que os agrega e os envia ao nível federal. Tais transferências são realizadas via WEB (internet) e ocorrem, simultaneamente, nos três níveis de gestão.

No nível federal, a SVS/MS - gestora do SINASC - conta, na sua estrutura funcional, com a Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE). Subordinada ao Departamento de Análise em Saúde e Vigilância das Doenças Não Transmissíveis (DASNT), a CGIAE trata da análise, avaliação e distribuição das informações sobre o SINASC, agregando-as por unidade da federação e elaborando relatórios analíticos, painéis de indicadores e outros instrumentos estatísticos de informações sobre natalidade que são disseminados para todo o país (Brasil, 2021).

O SISNAC no município de Porto Nacional opera de maneira padrão aos demais municípios existentes no país. Na própria Secretaria Municipal de Saúde, a DN é processada e firmada no SINASC local. As DN são preenchidas pelos profissionais de saúde, posteriormente recolhidas pela Secretaria de Saúde onde será alocada na base de dados. Para otimização do tratamento dos dados no município, estamos trabalhando no desenvolvimento de um programa de software que permita o armazenamento em tempo real dos dados das crianças nascidas no município de Porto Nacional, cooperação essa que se dará em conjunto com o Power BI.

5.1.2 POWER BI



O Power BI é uma ferramenta de Business Intelligence utilizada para organização de dados em empresas, criada pelo Microsoft, lançada em 24 de julho de 2015. Este instrumento autoriza não somente o armazenamento de dados, mas também a análise e monitoramento dos mesmos. O Power BI possui recursos para limpeza de dados conforme a necessidade do usuário (Pearson *et al.*, 2020). Conforme aponta Sá *et al.*, (2020, p.22) “Trata-se de uma ferramenta completa, onde é possível se conectar a diversas fontes de dados e realizar análise”. Portanto, objetiva fornecer interação e compartilhamento de informações, além de relatórios e modelos atraentes com diferentes *insights*.

A ideia inicial de surgimento do Power BI ocorreu por meio de suplementos e tecnologias que, no primeiro momento, era desenvolvido inicialmente para o Excel. Entre seus principais suplementos estão o Power Query Editor, Power View e Power Pivot, essas ferramentas elevaram a qualidade de tratamento e análise de dados (Sá, *et al.*, 2020). Além das características supracitadas, elenca Vasconcelos (2021, p.09) que “é possível trabalhar com um leque enorme de fontes de dados como: SAP HANA, IBM Informix, Sybase, Excel entre outras, podendo interligá-las dentro do Power BI”, em outras palavras, o ambiente é acessível e oferece serviços tanto para cenários complexos como modelagens de dados simples, com versões de planos para clientes, Free, Pro e Premium. A licença Free é gratuita, porém a autorização aos serviços é limitada, com aprovação apenas para conectar dados, criar relatórios e dashboards. A licença Pro (assinatura) é individual e permite ao usuário criar e ler conteúdo, além dessa vantagem, é permitido ao assinante interagir com outras pessoas por meio do conteúdo publicado, sendo possível compartilhar conteúdo. No caso da licença Premium (assinatura), as vantagens são semelhantes a versão Pro, porém, o usuário poderá criar conteúdo em workspaces e conceder acesso aos colegas, inclusive usuários gratuitos.

5.2 Fundamentação legal dos dados coletados

O sistema de coleta de dados envolve informações de cunho pessoal e, portanto, necessita de segurança das informações prestadas. Dessa forma, existem leis que protegem os informantes como também os órgãos de coleta de dados. No Brasil, em 14 de agosto de 2018, entrou em vigor a Lei nº 13.709 que institui a Geral de Proteção de Dados (LGPD) (Brasil, 2018).

A Lei de Proteção de Dados Pessoais (LPD), buscou no então recente Regulamento Geral de Proteção de Dados (*General Data Protection Regulation – GDPR*), sigla em inglês da União Europeia, orientações para a elaboração de normas para a proteção dos dados pessoais, de indivíduos, como previsto no Art. 1º, parágrafo único, onde “as normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”.

A União Europeia e o Brasil, no contexto de um cenário de permanente desenvolvimento, marcado pela era digital, com o objetivo de regulamentar a utilização e o tratamentos de dados pessoais (de pessoa jurídica de direito privado ou público e/ou de pessoa natural), considerados pelas instituições e empresas como moeda de troca de significativas transações no mercado mundial, estabeleceram parâmetros legais, dadas pelo Art. 1º da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 — LGPD) dispõe sobre o manejo adequado de “[...] dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural” (Brasil, 2018, Art. 1º).

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 — LGPD), com sanções a serem aplicadas em razão de infrações no cometimento das normas nela previstas, apresenta para as instituições (governamentais e não governamentais) e empresas brasileiras, severas consequências operacionais em relação ao estabelecimento de obrigações que visam o tratamento de dados pessoais (aqueles que possibilitam a identificação de uma pessoa natural). A referida Lei visa assegurar os direitos fundamentais de privacidade e de liberdade conforme prevê o Art. 2º, que tem como fundamento primordial o respeito à privacidade. Nesse conjunto, consta ainda no Art. 2º IV, que é inviolável o direito à intimidade, a honra e a imagem.

Esses direitos estavam previstos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, no qual dispõe no Art. 5º, inciso X, sobre a inviolabilidade dos direitos supracitados no Art. 2º da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18).

5.3 Programa para geração de dados sobre crianças na educação infantil

Desbravar a realização de um projeto requer planejamento, dedicação, paciência e pesquisa científica, mediante essa amplitude, optamos por nomear o projeto por “Desenvolvimento Moisés”, com histórico direcionado a identidade da pesquisadora e a liberdade infantil. O nome Moisés significa no hebraico nascidos das águas, embora nascido no Egito Antigo em um tempo em que Faraó mandava lançar no rio Nilo todas as crianças do sexo masculino que nascia viva, pois temia que um daqueles pequeninos pudesse ser o rei mencionado nas profecias do povo hebreu. Após o nascimento de Moisés, sua mãe Joquebede fez um cesto de betume e colocou-o dentro desse artefato na beira do rio. Enquanto a princesa filha do Faraó tomava banho, ouviu o choro da criança e o encontrou, como ela não tinha filhos o adotou e colocou o nome de Moisés, o nascido das águas. Na ocasião, Moisés foi poupado e conta história que se tornou um libertador do seu povo da escravidão do Egito.

A escolha do nome “Desenvolvimento Moisés” tem ligação com o renascimento, com os direitos fundamentais e a dignidade de vida infantil. A infância é uma etapa fundamental na vida das crianças, pois ocorrem transformações, habilidades e ampliação do conhecimento, elementos que serão cruciais durante o decorrer da vida. Moisés recebeu o auxílio adequado (segurança, lar, educação, família, cuidados) para continuar sua infância da melhor forma possível, com os cuidados necessários para sua desenvoltura até alcançar a fase adulta.

Reiteramos a conexão entre a história e projeto aqui proposto, pois o nosso projeto busca identificar as crianças no município de Porto Nacional para que estas sejam atendidas com qualidade de vida por meio das políticas educacionais, com um bom prédio escolar e em condições adequadas para desenvolver todas as atividades do cotidiano escolar. Assim como na história de Moisés, o intuito do projeto pauta-se na identificação das crianças, quem são, como estão e onde estão e oferecer cuidados e educação para que estas cresçam com identidade e qualidade de vida e desenvolvam os seus potenciais humanos em liberdade.

Para realização do projeto, a ferramenta auxiliar no desenvolvimento é o Power BI, software direcionado para organização de dados. O dashboard³ criado no Power BI tem por

³ Um dashboard é uma representação visual que mostra as informações mais cruciais necessárias para alcançar determinados objetivos. Essas informações são organizadas de forma consolidada em uma única tela, facilitando a monitorização rápida. Ao implementar um dashboard em uma organização, espera-se que isso aprimore o processo de tomada de decisões, pois ajuda a amplificar a compreensão dos usuários e aproveitar suas habilidades perceptivas. O dashboard proporciona consistência entre diferentes departamentos ao utilizar e calcular métricas, possibilita a monitorização do desempenho, auxilia no planejamento de metas e estratégias, e serve como meio de comunicação de informações importantes para stakeholders. Analisando os dashboards de uma organização, é

base inicial analisar o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) na cidade de Porto Nacional, TO. Os dados são coletados partir do via Secretaria Municipal de Saúde - NIS (Núcleo de Informação em Saúde). Os dados são importados para o Power BI, após esse processo de limpeza e filtragem, são alocados para a etapa de modelagem de dados, somente após essa fase as informações destinam-se as tabelas e campos. Esse método final que representa os dados sobre nascidos vivos e bairros, sexo, escolaridade e faixa etária da mãe. Após a apresentação justificando a escolha do nome do projeto, abordar-se-á sucintamente o processo de desenvolvimento e aplicação do Programa – Dashboard Power BI – TO, entre os anos de 2022 - 2023.

possível obter um entendimento abrangente não apenas observando as métricas, mas também considerando a escolha dessas métricas, que reflete as prioridades da instituição (Silva, 2021).

6 METODOLOGIA DO PRODUTO

A presença ubíqua das bases de dados permeia todos os âmbitos da sociedade e da academia. Profissionais especializados em análise de dados estão sendo amplamente requisitados, nesse contexto, um componente essencial da análise de dados é a utilização da tecnologia de bancos de dados, a qual geralmente é abordada em cursos de graduação em ciência da computação. Por meio dos bancos de dados é possível o acesso a vários dados (Dietrich, *et al.*, 2021).

Desse modo, os bancos de dados desempenham um papel crucial no subsídio de políticas públicas na área da educação, pois permitem a coleta, organização e análise de uma ampla gama de dados educacionais. Além disso, os bancos de dados podem ajudar a monitorar o progresso em relação a metas educacionais e a identificar disparidades no acesso à educação, contribuindo assim para o desenvolvimento de políticas mais inclusivas e equitativas.

Este relatório descreve o processo de desenvolvimento de um dashboard no Power BI para analisar o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) na cidade de Porto Nacional, TO. O banco de dados utilizado está no formato DBF, que significa "DataBase File", e a análise se concentrou na distribuição de nascidos vivos por bairros.

O objetivo principal deste projeto foi criar um dashboard interativo e informativo no Power BI, permitindo a visualização da distribuição dos nascidos vivos por bairros na cidade de Porto Nacional, com base nos dados do SINASC armazenados no formato DBF.

Em relação ao instrumento elaborado via ferramenta Power BI, foi pensado num aplicativo que atendesse as necessidades de armazenamento das informações, nessa conjuntura, os dados foram coletados junto ao setor de vigilância sanitária, a partir do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)⁴ da cidade de Porto Nacional -TO, por meio da Secretaria Municipal de Saúde - NIS (Núcleo de Informação em Saúde) no formato DBF, que significa "DataBase File". Houve dois encontros com a técnica do SINASC para conhecimento do programa e acesso aos relatórios. O mesmo foi desenvolvido no período de três meses e a

⁴ O Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) tem por objetivo coletar dados sobre os nascimentos ocorridos em todo o território nacional e fornecer informações sobre natalidade para todos os níveis do Sistema de Saúde. A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS) é responsável por gerenciar o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) em todo o país. Especificamente, a Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) e o Departamento de Análise em Saúde e Vigilância das Doenças Não Transmissíveis (DASNT) estão encarregados das mudanças no formato do sistema, bem como das medidas para imprimir e distribuir os formulários de Declaração de Nascido Vivo (DN) e os manuais do SINASC. A implementação do SINASC ocorreu gradualmente em todas as unidades federativas, e, desde 1994, muitos municípios têm registrado mais nascimentos do que os dados publicados pelo IBGE com base nos registros dos cartórios de registro civil. Além disso, o Sistema permite a criação de indicadores úteis para o planejamento da gestão dos serviços de saúde (Brasil, 2021).

análise se concentrou na distribuição de nascidos vivos por bairros. Dessa forma, foi possível obter a visualização eficaz e interativa da distribuição de nascidos vivos por bairros na cidade de Porto Nacional, TO.

A metodologia é definida como o conjunto de fundamentos teóricos e práticos adotados para explorar e compreender a realidade. Assim, a metodologia adotada para o desenvolvimento do respectivo produto abarca tanto os enfoques teóricos de investigação quanto o conjunto de procedimentos empregados para adquirir conhecimento sobre o fenômeno em estudo.

6.1 Coleta de dados

Os dados foram coletados a partir do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) da cidade de Porto Nacional -TO, através da Secretaria Municipal de Saúde - NIS (Núcleo de Informação em Saúde) no formato DBF, que significa "DataBase File". Foram obtidas informações relevantes sobre os nascidos vivos, incluindo localização por bairros.

Os dados foram coletados junto ao setor de vigilância sanitária, portanto, houve dois encontros com a técnica do SINASC para conhecimento do programa e acesso aos relatórios. O encontro ocorreu de maneira presencial, somente após a autorização da técnica foi possível o acesso aos dados.

No que diz respeito ao método de pesquisa para coleta de dados, adotamos a pesquisa quantitativa que de acordo com Gil (2010) é adequada quando se deseja obter dados numéricos e mensuráveis, como estatísticas, números, quantidades, entre outros.

6.2 Preparação de dados

Os dados do formato DBF foram importados para o Power BI e passaram por um processo de limpeza e transformação para garantir a qualidade e consistência dos dados. Isso incluiu tratamento de valores ausentes, padronização de colunas e formatação adequada. O formato DBF, é um formato de arquivo de banco de dados amplamente utilizado para armazenar dados em um formato de tabela simples. Originalmente desenvolvido pela Ashton-Tate para o banco de dados dBASE, tornou-se um padrão amplamente aceito para armazenar informações tabulares.

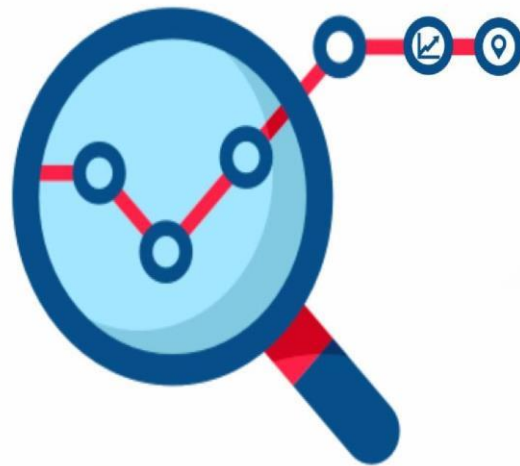
Esse processo de preparação de dados ocorreu durante quinze(15) dias, após isso, a próxima etapa que consiste na modelagem foi iniciada.

6.3 Modelagem de dados

Foi realizada a modelagem dos dados no Power BI, definindo relações entre as tabelas e criando medidas e métricas (são cálculos ou agregações específicas) relevantes para a análise, ou seja, essa fase representa a estrutura e organização dos dados, para enfim, defini-los e relacioná-los. Foram criadas tabelas (a criação das mesmas implica estabelecer conexões lógicas entre diferentes conjuntos de dados para permitir análises integradas e abrangentes) e campos que representam informações sobre nascidos vivos e bairros, sexo, escolaridade e faixa etária da mãe.

6.4 Desenvolvimento do Dashboard

O dashboard foi projetado no Power BI, levando em consideração a usabilidade e a facilidade de interpretação das informações. Foram criados gráficos interativos, mapas e tabelas que apresentam a distribuição de nascidos vivos por bairros.



DASHBOARD - POWERBI
RELATÓRIO DE NASCIDOS VIVOS
PORTO NACIONAL-TO

ELIZABETH CARNEIRO DA SILVA

2023

6.5 Resultados

1. Visualização da Distribuição de Nascidos Vivos por Bairros

Foram criados gráficos de barras clusterizado, funil de distribuição de faixa etária interativos que mostram a distribuição dos nascidos vivos por bairros na cidade de Porto Nacional, proporcionando uma visão clara e visualmente atraente dos dados.

Imagem 18: Relatório de nascidos vivos por bairros (2022)



Fonte: Idealizado por Elisabeth Silva, elaborado por Lucena de Lima

Imagem 19: Relatório de nascidos vivos por bairros (2023)



Fonte: Idealizado por Elisabeth Silva, elaborado por Lucena de Lima

2. Análise de Tendências

O dashboard poderá ser acessado on-line pelo link: [DASHBOARD SINASC](#) e permite a análise de tendências ao longo do tempo, permitindo identificar variações na distribuição de nascidos vivos por bairros, facilitando a tomada de decisões informadas.

3. Comparação de Indicadores

Estão sendo implementadas funcionalidades de comparação entre diferentes indicadores relacionados aos nascidos vivos, permitindo uma análise abrangente da situação.

6.6 Conclusão

O desenvolvimento deste dashboard no Power BI proporciona uma visualização eficaz e interativa da distribuição de nascidos vivos por bairros na cidade de Porto Nacional, TO, com base nos dados do SINASC. Essa ferramenta será valiosa para gestores e profissionais da educação na tomada de decisões e no monitoramento de tendências relacionadas aos nascidos vivos na região. O processo de preparação, modelagem e visualização dos dados foi essencial para garantir a eficácia e utilidade do dashboard. Futuras melhorias podem ser implementadas para enriquecer ainda mais a análise e proporcionar insights mais detalhado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs-se como objetivo geral desenvolver um banco de dados para auxiliar no mapeamento, acompanhamento e monitoramento de dados de demanda para subsidiar a elaboração de políticas públicas direcionadas a educação infantil no município de Porto Nacional. Posto isso, os específicos foram: identificar os instrumentos auxiliares utilizados na elaboração das políticas públicas educacionais em atendimento às demandas do PNE e do PAR; descrever as ações propostas no Plano de Ações Articuladas –PAR, dimensão infraestrutura física e recursos pedagógicos para a Educação Infantil do município de Porto Nacional; compreender os desafios encontrados pelo município para geração de dados e acompanhamento da demanda e oferta de Educação Infantil; e desenvolver um programa de software que permita o armazenamento em tempo real e sistematização dos dados das crianças nascidas no município de Porto Nacional.

No que tange aos resultados, foi possível constatar que os instrumentos de planejamento de políticas públicas no Brasil são sistematizados, buscando oferecer entre os entes da federação um alinhamento das ações planejadas, para dessa forma fazer com que os serviços cheguem aos beneficiários. À medida que discorremos sobre as concepções das políticas públicas brasileira, compreendemos que estas buscam amparar o direito a educação, respeitando as fases do desenvolvimento humano desde a infância, até a fase adulta, tendo em vista as especificidades de cada uma, e que estas contam com instrumentos auxiliares em seu processo de construção, tendo como base a Constituição de 1988 e a lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Faz-se necessário apontar que o processo de reconhecimento da infância como uma etapa da educação básica se deu após o entendimento da concepção de educação infantil, construída de forma coletiva associada as mudanças sociais em tempos recentes século XXI, tendo como documento norteador o Estatuto da Criança e do adolescente -ECA, um instrumento que ampara e assegura direitos fundamentais.

Em processo de luta social, em 2007, o Plano de Ações Articuladas (PAR) surgiu com a finalidade de assistir com recursos técnicos e financeiros os entes da federação. Um outro instrumento surgiu em 2014 e foi aprovado pelo Congresso, o Plano Nacional da Educação – (PNE), um documento com metas a serem cumpridas em todas as etapas do processo de desenvolvimento educacional com responsabilidades específicas as estados, municípios e Distrito Federal. Este instrumento permite aos gestores uma visão mais próxima da clientela local, sendo capaz de nortear as ações em quatro dimensões: gestão educacional, formação de professores e pessoal de apoio escolar, práticas educacionais e infraestrutura física e recursos

pedagógicos. O PAR e PNE tem em suas prerrogativas a oferta do ensino de qualidade na educação brasileira.

O processo de construção do PAR e os respectivos desafios do município de Porto Nacional é complexo. Ao constatar a necessidade e importância destes instrumentos no município, percebe-se na equipe de educação um esforço em promover um diagnóstico real, uma vez que, os indicadores para levantamento de dados é respondido de forma a envolver todos os atores: gestores escolares, supervisores, pais, alunos, vereadores, sociedade civil e engenheiros. É de pertinência esclarecedora enfatizar que nos encontros realizados durante o desenvolvimento da pesquisa, houve a oportunidade de identificar e analisar a problemática.

Um dos maiores desafios encontrados na busca em atender o objetivo da presente pesquisa encontrou-se constatação da necessidade de instrumentos que auxiliem os entes executores no momento do levantamento de dados. A partir dessa detecção, propomos o desenvolvimento do banco de dados para o armazenamento em tempo real e sistematização dos dados das crianças no município.

Ao elaborar o instrumento de banco de dados, foi possível observar que não existe conexão entre órgãos do município que facilite as informações sobre as crianças que necessitam de atendimento de educação infantil de forma precisa, salvo a lista de espera nas creches em funcionamento. O relatório do banco de dados construído indica que no ano de 2022 houve o total de 1025 nascidos vivos, entre 531 do sexo masculino e 494 do sexo feminino. No ano de 2023, houve o total de 600 nascidos vivos, entre 295 do sexo masculino e 305 do sexo feminino. Essas informações favorecem a conexão entre as secretárias de Educação e Saúde, além de manter dados reais e atualizados. Portanto, o Projeto Desenvolvimento Moisés é um recurso interativo, informativo e atualizado e poderá contribuir e fortalecer o alinhamento entre os entes federados, permitindo que o município tenha clareza em responder de forma real onde está a sua clientela prioritária ao atendimento das políticas públicas de Educação Infantil, cumprindo as metas estabelecidas de forma conjunta entre PME e PAR no Município de Porto Nacional - TO.

Concluímos (re)afirmando que as mudanças no sistema educacional devem ocorrer assiduamente. Nossas considerações de fechamento dessa pesquisa pauta-se na certeza colaborativa com a municipalidade no processo de levantamento e apresentação da sua demanda de forma real, assertiva e atual. Os dados que foram e serão levantados por meio do banco de dados são essenciais para execução das políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, W.B; ARAÚJO, A.C. Importância do plano Nacional de Educação para o aprimoramento das escolas. **Revista Eletrônica Acta Sapientia**, v.4, n. 1, artigo 4.

AZEVEDO, J.M.L de . **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997 (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 56)

BRASIL. **Decreto nº. 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 14 abr.2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de informações em saúde**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/vigilancia-de-doencas-chronicas-naotransmissiveis/sistemas-de-informacao-em-saude>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. **Orientações gerais para a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR)**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/orientacoes_passo_a_passo.pdf. Acesso em: 13 de abril de 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.695, de 25 de julho de 2012**. Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR. Brasília, DF. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm. Acesso em: 13/04/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). Diário Oficial da União. Brasília: nº 248, 23 de dezembro, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018** - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL. **Lei 10.172/2001** - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 29 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL, M. G. de P. **Espaços na educação infantil: entre políticas e práticas**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/10409>. Acesso em: 22 out. 2023.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BUCCI, M. P.D. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**, 2021. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/155066/fundamentos_teorja_juridica_bucci_2.ed.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

CHIZZOTTI, A. A constituinte de 1823 e a Educação. In: FÁVERO, O. **A educação nas constituintes brasileiras, 1823-1988**. Autores Associados, 2005. p.31-53.

CAMPOS, Roselane F. Democratização da educação infantil: as concepções e políticas em debate. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 299-311, jul./dez. 2010.

Disponível em:

<https://www.bing.com/search?q=Democratiza%C3%A7%C3%A3o+da+educa%C3%A7%C3%A3o+infantil%3A+as+concep%C3%A7%C3%B5es+e+pol%C3%ADticas+em+debate&form>. Acesso em: 04 out. 2023.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 25, p. 83-106, nov. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYtZMZcPhM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de educação: proposta da sociedade brasileira**. 1997.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de Métodos Mistos**. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

CUNHA, M. C; COSTA, J. M. A; ARAÚJO R. B. M. de. (2013). O Plano de Ações Articuladas: percepções e expectativas na gestão da educação municipal. **Série-Estudos - Periódico Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da UCDB**, (34). Disponível em: <https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/63>. Acesso em: 02 set. 2023.

CURY, C.R.J. Por um novo Plano Nacional de Educação. **Cadernos de Pesquisa**. 792 V.41 N.144 SET./DEZ. 2011.

DIETRICH, S. W; et al. Introdução a bancos de dados no contexto por meio de visualizações personalizáveis. **Frontiers Education**. Volume 6 - 2021 |

<https://doi.org/10.3389/feduc.2021.719134>. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/feduc.2021.719134/full>. Acesso em: 14 mai. 2024.

DIKER, G. **El nivel inicial. Un nivel de enseñanza joven que interroga la identidad escolar e interpela al estado.** [2002]. Disponível em: http://www.educared.org/c/document_library/get_file?p_1_. Acesso em: 30 ago. 2021.

DOURADO, L.F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: Limites e perspectivas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/w6QjW7pMDpzLrfRD5ZRkMWr/?format=pdf&lang=pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

DOURADO, L.F. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 112, p. 677-705, set. 2010.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação.** Série PNE em Movimento, n. 1, p. 52-52, 2016.

DOURADO, L.F. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **RBPAAE** – v.27, n.1, p. 53-65, jan./abr. 2011. Disponível em: [earch?q=a+expressão+da+materialização+da+ação+do+Estado%2FGoverno%2C+mediadas+pelo+contexto+sociocultural+mais+amplo%2C](https://www.researchgate.net/publication/360755562). Acesso em: 29 out. 2023.

EDITORA CONCEITOS.COM. Conceito de Política de Estado, out., 2017. Disponível em <https://conceitos.com/politica-estado/>. Acesso em: 04 mai. 2023.

FIGUEIREDO, J de S. B; RASPANTE, A. L. Políticas públicas educacionais para educação infantil. **Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218 3(5):e351464 DOI:10.47820/recima21.v3i5.1464. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/360755562>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica - social capitalista.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: S ILV A, T. T. da; GENTILI I.P. (Org.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** CNTE: Brasília DF, 1996.

GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa,** 2010. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1236>. Acesso em: 02 abr. 2023.

GOOGLE FORMS – **Ferramentas das perguntas e criar nova seção.** Disponível em: <https://ceduc.unifei.edu.br/tutoriais/google-forms-ferramentas-das-perguntas-e-criar-novasecao/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

HÖFLING, E. de M. G. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/>. Acesso em: 03 out. 2023.

LOPREATO, F. L. C. Federalismo brasileiro: origem, evolução e desafios. **Economia e Sociedade**, Campinas, Unicamp. IE. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n1art01>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ecos/a/3bKDMqJjpBTGFGMhfc45bsg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2024.

LUIZ, M. C; MARCHETTI, R; GOMES, R.M. **Políticas educacionais no Brasil: direito e obrigatoriedade na educação infantil**. Educação Unisinos, vol. 20, núm. 1, pp. 28-38, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4496/449645666004/html/>. Acesso em: 01 mai. 2023.

MOTA, J. da S. Utilização do google *forms* na pesquisa acadêmica. **Revista. Campinas**, São Paulo: Papyrus, 21ª edição revista e atualizada, 2013. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1106>. Acesso em: 04 mai. 2023.

MARTINS, V. A **História do Armazenamento Digital**. 2013. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=hT1rAAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT26&dq=A+Hist%C3%B3ria+do+Armazenamento+Digital&ots=6ZDX03iEwz&sig=Te7i9xomRAJpTQ96m22wwZQ_vsU&redir_esc=y#v=onepage&)

[BR&lr=&id=hT1rAAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT26&dq=A+Hist%C3%B3ria+do+Armazenamento+Digital&ots=6ZDX03iEwz&sig=Te7i9xomRAJpTQ96m22wwZQ_vsU&redir_esc=y#v=onepage&](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=hT1rAAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT26&dq=A+Hist%C3%B3ria+do+Armazenamento+Digital&ots=6ZDX03iEwz&sig=Te7i9xomRAJpTQ96m22wwZQ_vsU&redir_esc=y#v=onepage&). Acesso em: 6 jul. 2023.

MATTOS, C. da S. **A implementação do Proinfância em Juiz de Fora e seus desdobramentos**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2014. Disponível em:

https://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR_564694822287206d140b4dfb8106da82. Acesso em: 29 out. 2023.

NUNES, Andrea R. Schneider. Políticas Públicas. Enciclopédia Jurídica da PUCSP. 2020.

OLIVEIRA, D.A; et al. **Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado**. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

PEREIRA, L. C. B. A reforma do estado nos anos 90: Lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova**, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000300004> . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/xQZRPfMdrHyH3vjKLqtmMWd/d>. Acesso em: 14 set. 2023.

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. **Proposta da sociedade brasileira**: Consolidado na plenária de encerramento do II Congresso Nacional de Educação, Belho Horizonte (MG), 9 de novembro de 1997. Disponível em: <https://adusp.org.br/files/PNE/pnebra.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

SÁ, M. P. B. d. et al. **Lei de benford e regras de associação no power bi**: ferramentas estatísticas aplicadas à auditoria. Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17265>. Acesso em: 16 set. 2023.

SAVIANI, D. **As concepções pedagógicas na História da Educação Brasileira I**. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto 20 anos do Histedbr”. Campinas, 25 de agosto de 2005.

- SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**, Campinas, 2007, 1231–1255. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S010173302007000300027>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- SCHWINN, S. A; SCHIMIDT, J. P. Da ditadura à democracia: a inacabada transição brasileira. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.23, n.2, p.25-53, jul./out.2015. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-99492015000200025. Acesso em: 01 set. 2023.
- SCHMIDT, J. P. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, jan. 2018. ISSN 1982-9957. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=Os+estudos+sobre+pol%C3%ADticas+p%C3%ABlicas+de+senvolveram-se+no+contexto+p%C3%B3s-2%C2%AA+Guerra+Mundial+nos+Estados+Unidos%2C>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- SECCBI, L; NUNES, G.F.S; CHAVES, T.J. O Plano Nacional de Educação: Análise do Processo de Construção de uma Política Pública tipicamente Brasileira. **Administração Pública e Gestão Social**, 2021, vol. 13, núm. 4, Outubro-Diciembre, ISSN: 2175-5787.
- SEVERINO, A.J. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e sistematização do conhecimento. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 13-27, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v09n26/v09n26a02.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- SILVA, C. V. M da; FRANCISCHINI, R. O surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para crianças no Brasil. In: **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.8, n.12, 2012. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/download/6>. Acesso em: 14 out. 2023.
- SILVA, A. M. F. **Desenvolvimento de um dashboard de indicadores de gestão científica numa Instituição de Ensino Superior**. Mestrado Integrado em Engenharia e Gestão Industrial – Faculdade de Engenharia Universidade do Porto, 2021. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/134953/2/484403.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- SISTEMA DE BANCO DE DADOS: TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE ELES. Disponível em: https://fluxoconsultoria.poli.ufrj.br/blog/sistema-de-banco-dedados/25/27/07/fluxomembro/tecnologiainformacao/39751/10/26/2021/?gclid=EAIAIQobChMIj7Ta-YyvgaMV3Ut_AB3UPgRJEAAAYASAAEgKEAvD_BwE. Acesso em 29/07/2023.
- SOUSA, A. C. A. de; SILVA, L. C. da. Redemocratização no Brasil: continuidade ou ruptura? **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 22, n. 47, p. 570-575, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/wxWR5b4J7Z9StMD4dHMjqpc/?format=pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SOUSA, B.J.R. **O plano de ação articulada como instrumento de planejamento da educação: O que há de novo?** Disponível em:

<https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0079.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

PEARSON, M., et al., 2020. **Introdução ao Power BI**. In: Pro Microsoft Power Platform. Apress, Berkeley, Califórnia https://doi.org/10.1007/978-1-4842-6008-1_16. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4842-6008-1_16. Acesso em: 04 set. 2023.

VALADÃO, A. **O Plano de Ações Articuladas na gestão educacional: desafios à implementação das políticas educacionais em municípios de Mato Grosso do Sul**. 2015. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

VASCONCELOS, B.F. **Treinamento em POWER BI** [manuscrito]: contribuições da engenharia de produção em Business Intelligence. / Felipe Barbosa Vasconcelos. - 2021.

Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/3296?locale=en#:~:text=Biblioteca%20Digital%20de%20Trabalhos%20de%20Conclus%C3%A3o%20de%20Curso%3A,Biblioteca%20Digital%20de%20Trabalhos%20de%20Conclus%C3%A3o%20de%20Curso>. Acesso em: 04 set. 2023.

VIEIRA, J.J; RAMALHO, C .C; VIEIRA, A.L.C. A origem do Plano Nacional de Educação e como ele abordou as questões de gênero. **RPGE**– Revista on-line de Política e Gestão Educacional, v.21, n.1, p.64-80, 2017 ISSN: 1519-9029.

ZANFERARI, T; GUIL, T.F; ALMEIDA, M.L.P. **Plano Nacional de Educação (20012011/2014-2024): Uma análise de metas para a educação superior**. Educere XIII Congresso Nacional de educação. 2017.

ANEXO 1

Relação das escolas do município de Porto Nacional



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RELAÇÃO DAS ESCOLAS URBANAS E CAMPO - 2023.

Nº	ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS - 11	CÓDIGO
01	Escola Municipal Celso Alves Mourão	17025125
02	Escola Municipal Deasil Aires	17051096
03	Escola Municipal Delza da Paixão Pereira	17025613
04	Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza	17021901
05	Escola Municipal Fanny Macedo Pereira	17047609
06	Escola Municipal Marieta Macêdo	17051100
07	Escola Municipal Padre Luso Matos	17051088
08	Pré Escolar Profª Generosa Pinto de Castro	17045541
09	Escola Municipal União e Progresso	17045533
10	Escola Municipal Cabo Wilson Costa Farias	17056497
11	CMIL – Escola de Tempo Integral – Francisco Pinheiro de Lemos	
CMEIS – 08		
01	Centro Municipal de Educação Infantil Dona Aurenny	17051266
02	Centro Municipal de Educação Infantil Dr Osvaldo Aires da Silva - Cam	17051070
03	Centro Municipal de Educação Infantil Izidória Quirino dos Santos	17045517
04	Centro Municipal de Educação Infantil Professora LIDIANE BARBOSA	17055555

05	CRECHE Dona Aparecida Bertan Venturini	17055547
06	Escola Municipal Divino Espírito Santo	17025605
07	Escola Municipal Ernestina Freire Aires	17047625
08	Centro Municipal de Educação Infantil Professora Judith Tavares de Me	17056705
ESCOLAS MUNICIPAIS CAMPO - 11		
01	Centro de Educação Municipal do Campo Chico Mendes	17072000
02	Escola Municipal Antônio Benedito Borges	17025060
03	Escola Municipal Antônio Poincaré Andrade Sales	17039142
04	Escola Municipal Profª Carmencita Matos Maia	17051045
05	Escola Municipal Eliza Lopes Barros	17101808
06	Escola Municipal Ercina Monteiro	17051053
07	Escola Municipal Eulina Braga	17025176
08	Escola Municipal Faustino Dias dos Santos	17025184
09	Escola Municipal Maria de Melo Sousa	17052785
10	Escola Municipal Pau D'Arco	17051061
11	Escola Municipal Jacinto Bispo Arantes-Senhor Rió	17055920
Escolas Urbanas: 11 - CMEIS: 08 Escolas Campo: 11 - 30 Escolas		

Fonte: Inspeção Escolar, 2023.